



# **Determinantes do Sucesso das Iniciativas Empresariais apoiadas pelo *Microcrédito***

**Marta Isabel Rodrigues Ferreira**

**Dissertação de Mestrado  
em Contabilidade e Finanças**

**Porto – 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



# **Determinantes do Sucesso das Iniciativas Empresariais apoiadas pelo *Microcrédito***

**Marta Isabel Rodrigues Ferreira**

**Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto  
para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças sob  
orientação de:**

**Amélia Ferreira da Silva**

“Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri”

**Porto – 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

# Resumo

O Microcrédito surgiu na década de setenta no Bangladesh, mas em Portugal começou a dar os seus primeiros passos no final da década de oitenta impulsionado por uma organização do terceiro sector, a ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito. Surgiu como uma resposta à pobreza e à exclusão social uma vez que promove o acesso ao crédito com a finalidade da criação do próprio emprego.

O presente trabalho tem como motivação geral refletir sobre a eficácia dos programas de microcrédito enquanto ferramenta que visa ajudar a combater as lacunas da sociedade e assim poder chegar um pouco mais perto de uma estabilidade socioeconómica e a um patamar a partir do qual se possa prosperar. Este trabalho foi desenvolvido e orientado com o objetivo de identificar os fatores com maior contributo para a sucesso das iniciativas do microcrédito.

Foram realizadas entrevistas com informadores-chave e com microempresários de sucesso, com a finalidade de perceber quais os fatores que determinam o sucesso das iniciativas empresariais.

Da análise dos dados foi possível verificar que os fatores determinantes são o acompanhamento que as Associações oferecem no decorrer do projeto, a capacidade inovadora do projeto em termos de produto-mercado e a possibilidade/perspetiva de o projeto proporcionar uma melhoria nas condições de vida dos microempresários.

Os programas de Microcrédito precisam de ser ainda mais explorados e melhor estruturados, no entanto podem desde já ser considerados como uma importante ferramenta de combate à exclusão social e à pobreza, assumindo-se cada vez mais como uma via alternativa às prestações sociais.

**Palavras-chave:** Microcrédito, Exclusão Social, Pobreza

# Abstract

The Microcredit emerged in the seventies in Bangladesh, but in Portugal began to take its first steps in the late eighties driven by a third sector organization, ANDC - National Association for the Right to Credit. It emerged as a response to poverty and social exclusion as it promotes access to credit for the purpose of self-employment.

This paper aims to demonstrate whether microfinance is a tool that came to help combat loopholes of society and thus to get a little closer to a socio-economic stability and a level from which it can thrive. This work was developed and oriented with the goal of identifying the factors that contribute most to the success of microcredit initiatives.

In order to understand what factors determine the success of business initiatives questionnaires were performed to micro entrepreneurs and the maximum excess of the driving entities of Microcredit.

From the analysis of the data it was possible to verify that the determinant factors are the monitoring that the Associations offer during the project, the innovative capacity of the project in terms of product-market and the possibility/prospect of the project providing improved living conditions for micro entrepreneurs.

The microcredit programs need to be further explored and better structured, but can already be considered as an important tool to combat social exclusion and poverty, becoming more and more as an alternative route to social benefits.

**Key Words:** Microfinance, Social Exclusion, Poverty.

# Agradecimentos

A todos os meus amigos e familiares, em especial ao Francisco, por terem aturado os meus momentos mais «intempestivos»!

Às minhas irmãs, Diana e Catarina por me acompanhar nas entrevistas e deslocações.

À Dr.<sup>a</sup>. Amelia Silva pela paciência na revisão deste texto!

À Dra. Ana Maria Bandeira pelo seu incentivo e precioso aconselhamento!

A todos os Microempresários que contribuíram para este estudo.

Os meus agradecimentos em particular ao Dr. António Curto da CASES e ao Dr. José Centeio da ANDC, por toda a colaboração prestada.

Um Muito Obrigado!

*“Por vezes sentimos aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar.*

*Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.* Madre Teresa de Calcutá

# Lista de Siglas

ADL – Agências de Desenvolvimento Local

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

APRSE – Associação Portuguesa para Responsabilidade Social Empresarial

BIS – Banco de Inovação Social

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CSR EUROPE – Corporate Social Responsibility Europe

DEES – Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

DL – Decreto-lei

DR – Diário da República

EFIN – European Financial Inclusion Network

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MFC – Microfinance Center

ONG – Organização Não Governamental

PME – Pequena Média Empresa

REM – Rede Europeia de Microfinança

RSE- Responsabilidade Social Empresarial

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

TM – Técnico de Microcrédito

# Índice Geral

Resumo.....	ii
Abstract .....	iii
Agradecimentos.....	iv
Lista de Siglas .....	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de Ilustrações.....	viii
Introdução.....	1
Capítulo I – Economia Social, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Social e Microcrédito .....	4
1.1 - Origem do Microcrédito .....	5
1.2 - Economia Social e Microcrédito .....	7
1.3 - Responsabilidade Social e Microcrédito .....	10
1.4 - Desenvolvimento Social e Microcrédito .....	14
1.5 - Empreendedorismo em situação de Exclusão social.....	18
Capítulo II – O Microcrédito e o microempresário Português.....	21
2.1 - Microcrédito em Portugal .....	22
2.1.1 - Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC.....	24
2.1.2 -Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – CASES .....	29
2.2 - Os Microempresários Portugueses.....	31
2.2.1 - Microempresários apoiados pela ANDC – 1999 a Julho de 2014.....	31
2.3 - Microcrédito como instrumento de desenvolvimento do Território Português.....	39
2.4- Fatores de Sucesso do Microcrédito.....	42
Capítulo III - Metodologia .....	45
3.1 - Objetivo .....	47

3.2 - Opções metodológicas .....	47
3.3 - Recolha de dados .....	48
Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados .....	49
4.1. - Entrevistas com informadores chave .....	50
4.2. - Entrevistas com Microempresários .....	55
Capítulo V – Conclusão .....	58
Referências Bibliográficas .....	61
Apêndices .....	68

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 Distribuição de Novos Crédito por Classe Etária - Ano 2014 .....	31
Gráfico 2 Projetos creditados entre 1999 a 2014 (1º Semestre 2014).....	32
Gráfico 3 Valor Total de projetos creditados entre 1999-2014 (1º Semestre 2014) .....	32
Gráfico 4 Total acumulado (1999-2014).....	33
Gráfico 5 Distribuição de Novos Créditos por NUT II - Ano 201.....	33
Gráfico 6 Distribuição de Novos Crédito por Género 2014.....	33
Gráfico 7 Evolução das Novas Candidaturas ao Microcrédito (1999-2014) .....	34
Gráfico 8 Evolução de Crédito Amortizado.....	34
Gráfico 9 Evolução das Novas Candidaturas ao Microcrédito (1º Semestre de /2014).....	35
Gráfico 10 Projetos validados/NUTS II - 2013.....	37
Gráfico 11 Género dos/as candidatos/as – 2013 .....	37
Gráfico 12 Faixa etária dos/as promotores/as – 2013 .....	37
Gráfico 13 Habilitações Literárias dos/as promotores/as – 2013.....	38
Gráfico 14 Estado Profissional dos/as candidatos/as .....	38
Gráfico 15 Área CAE dos Projetos Validados .....	38

# Índice de Tabelas

Tabela 1 Distribuição de Novos Créditos por Código de Atividade Económica (CAE) 2014.....	35
Tabela 2 Síntese de 2013.....	36
Tabela 3 Fatores concordantes dos entrevistadores chave .....	52

# Índice de Ilustrações

Ilustração 1 Distribuição do Projetos por Portugal .....	41
--	----

# Introdução

*“Cada um é responsável por todos. Cada um é o único responsável. Cada um é o único responsável por todos.”* Antoine de Saint-Exupéry

De um modo geral os agentes que operam no sistema financeiro estão mais direcionadas para as necessidades das médias e grandes empresas do que para as necessidades das microempresas e pequenas empresas. No entanto, estas últimas são as que mais contribuem para o desenvolvimento socioeconómico sustentado.

Entre as microempresas há um grupo de empresas especiais que resultaram de iniciativas de pessoas em situação socioeconómica desfavorecida e que poucas ou nenhuma garantias têm para oferecer aos potenciais financiadores. Para este segmento da população o crédito bancário é muito caro e de acesso muito difícil. Por este motivo, essas iniciativas dificilmente saem da sua forma de sonho e as situações desfavorecidas perpetuam-se.

No sentido de inverter esta situação, foi criado um tipo de crédito designado por microcrédito, que se distingue das restantes modalidades de crédito por se tratar de empréstimos de pequeno valor (normalmente inferior a €5000,00) e destinados a um público muito específico (desempregado e com baixos rendimentos) que não têm acesso às formas convencionais de crédito.

O fundador do Microcrédito, Muhammad Yunus, tinha uma grande preocupação ao nível socioeconómico e além de dar um contributo exuberante para a sociedade foi condecorado pelo Prémio Nobel da Paz em 2006. Segundo Yunus (2006 p.11) existe um único tipo de pessoa mas com interesses diferentes, que juntos, se impulsionam mutuamente e se consubstanciam num mundo mais justo ao nível das oportunidades que oferece, os quais oriundos de contextos socioculturais desiguais, puderam, pelos seus próprios meios e com o apoio adequado, dar passos no mercado de trabalho, e com isso, ascender por via do mérito e empreendimento próprios.

A escolha do microcrédito como tema do trabalho de dissertação surgiu da vontade de poder contribuir para a reflexão de um problema social extremamente atual como a exclusão social e a pobreza que resultam da situação de desemprego.

Como parte integrante e ativa da sociedade acho, pessoalmente, esta questão da responsabilidade social muito importante, por isso, poder investigar sobre as ferramentas que podem (ou procuram) diminuir as desigualdades sociais, constitui não só uma oportunidade de materializar uma motivação pessoal, mas também uma oportunidade de contribuir para a discussão duma questão que pode melhorar a sociedade.

O objetivo não é apresentar dados inéditos, nem, através da análise e ponderação, encontrar um remédio rápido e instantâneo para os impedimentos que ainda se impõem a quem pretende recorrer ao microcrédito, mas sim retirar ensinamento sobre como promover o sucesso das iniciativas empresariais apoiadas pelo microcrédito.

Assim, para além da contextualização do tema que faremos no capítulo I e no capítulo II, no capítulo III iremos descrever a metodologia seguida na recolha de informação, nomeadamente quanto ao modo de condução das entrevistas feitas aos informadores-chave e o questionário realizado juntos dos microempresários. No capítulo IV iremos apresentar e discutir os resultados, e finalmente deixaremos uma breve conclusão com as ideias síntese e oportunidades de investigação futura.

# **Capítulo I – Economia Social, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Social e Microcrédito**

*“O homem que pretende ser sempre coerente no seu pensamento e nas suas decisões morais ou é uma múmia ambulante ou, se não conseguiu sufocar toda a sua vitalidade, um mono maníaco fanático.” Aldous Huxley*

# 1.1 - Origem do Microcrédito

O Microcrédito surgiu num cenário de pobreza no início da década de 70 em Bangladesh, na consequência de vários desastres naturais, de seguimentos inevitáveis da guerra e da organização do governo da altura.

Muhammad Yunus foi o grande impulsionador do Microcrédito com a criação do GrammenBanck, em 1976, ficando assim conhecido como “Banqueiro dos pobres”. Em 2006 ganhou o Premio Nobel da Paz:

*“Foi então que tudo começou. Eu não tinha absolutamente intenção de me converter em credor; queria apenas resolver um problema imediato. Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grammen têm um único objetivo: pôr fim à pobreza, esse flagelo que humilha e denigra tudo o que um ser humano representa.” (Yunus, 2002, p.25)*

As primeiras iniciativas apareceram como programas de melhoria da produtividade da agricultura em algumas regiões, mas não foram suficientes devido a falta de recursos financeiros e a única forma de obter financiamento provinha dos “falsos financiadores”.

O Microcrédito tinha como objetivo promover uma ferramenta de ajuda sustentável baseada no crédito para a criação do próprio emprego. (Yunus, 2008). Possui três variáveis essenciais: é dirigido para os pobres; o valor dos empréstimos é pequeno e não existe a necessidade de garantias. Porque o importante era definir a liberação de empréstimos aos mais pobres, e segundo o autor, traz melhores resultados do que a ajuda convencional, sem grandes riscos para o financiador, mudando o conceito de ajuda económica. (Yunus 2002).

O Microcrédito significa a concessão de crédito a pequenos empreendedores informais, isto é destinado a pessoas que não conseguiriam financiamentos junto das instituições financeiras tradicionais, favorecendo assim a inclusão social de duas formas: orientada para o consumo e/ou destinada à produção. (Barone Lima, Dantas & Rezende, 2002)

Para Alves (2006, p. 45), o microcrédito “é um instrumento de promoção da iniciativa e do empreendedorismo de pessoas que, vivendo em situação de exclusão ou pré-exclusão e não tendo acesso ao crédito normal do sistema financeiro, demonstram capacidade de poderem vir a desenvolver um negócio bem-sucedido”.

Segundo Alves (2007), os pressupostos do Microcrédito são:

- ✓ É um crédito financeiro de pequena dimensão;
- ✓ Destina-se a pessoas consideradas pobres e excluídas socialmente ou nas suas margens;
- ✓ Visa pessoas com iniciativa e empreendedoras que desejam criar o seu próprio emprego;
- ✓ Dirige-se a apoiar projetos que disponham de uma boa base de sustentação para se desenvolver;
- ✓ Beneficia as pessoas que não podem dar garantias reais a instituições bancárias;
- ✓ Encoraja promotores que acreditem e depositem confiança nas suas capacidades de desenvolver o seu projeto de vida.

Centeio (2008, p.51) considera que o microcrédito é um instrumento que promove o emprego de população social e economicamente excluída, embora afirme que a sua principal missão é a inclusão de pessoas através do apoio ao investimento. Desta forma, o autor preconiza que o microcrédito “[...] *tal como é entendido pelas organizações que o promovem, [se] enquadra nos instrumentos de combate à pobreza e de combate à exclusão. Recentemente, graças à pressão que o número crescente de desemprego exercesse sobre a sociedade, tem vindo a ser reforçada a ideia do microcrédito enquanto instrumento de combate ao desemprego.*” (Centeio, 2008, p.51)

Zouain & Barone (2007) afirmam que o Microcrédito tem adquirido cada vez mais importância ao longo do tempo na medida que a pobreza reflete o fraco crescimento do mercado de trabalho, sustentado pelas desigualdades sociais. Sengupta e Aubuchon (2008); Microcredit Summit Campaign (2010) apoiaram projetos de criação do próprio emprego através de garantia dos meios financeiros necessários à sua implementação.

## 1.2 - Economia Social e Microcrédito

A Economia Social é um “conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto. A Economia Social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.” (Relatório The Social Economy in the European Union, 2012, p. 11 -106).

De acordo com Ferreira (2009), a economia social corresponde a um conjunto de relações sociais de produção ou troca, organizações, racionalidades e princípios de ação nos quais predomina a económica que não tem como objetivo principal o lucro mas o benefício de um grupo social ou da sociedade, em que se valoriza a cooperação e o coletivo, e não a concorrência e o individualismo.

De facto, a economia social tem características próprias para responder a um enquadramento económico e social específico ao qual nem a economia dita pública nem a economia dita privada conseguem dar respostas. A economia social define-se por um intervalo entre o estado e o mercado, quer no sentido da concretização das ações que o estado não pretende resolver, quer no daquelas que a economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização (Caeiro, 2008).

Ao longo dos últimos 150 anos tem adquirido expressão e os seus objetivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do Homem. Reúne, assim, as atividades económicas que não visão o lucro e é um novo paradigma de intervenção social que pretende promover soluções para problemas sociais sendo responsável pelas transformações dos “valores” da sociedade. Sucede das novas correntes dos movimentos económicos e sociais de natureza associativa e que não se inserem nos tradicionais setores de emprego, situa-se entre o setor privado com fins lucrativos e o setor público. É chamada de “terceiro” porque integra dois tipos de recursos,

contempla uma faceta do setor privado e outra do setor público, uma vez que é constituída por iniciativa privada mas recebe financiamentos e orientações do estado contudo o seu foco é social porque tem como finalidade o bem-estar social, o desenvolvimento local e a solidariedade.

Embora a Economia Social possa ser eventualmente comparada com o setor público, na medida em que produz serviços de utilidade coletiva, está associada à função redistribuidora do Estado através do fornecimento de serviços gratuitos ou de baixo custo. É considerada uma economia em desenvolvimento a nível mundial que cresce e se fortalece com a crise o Estado Providência, com o aumento das necessidades sociais e como contra-argumento às políticas liberais. Por tudo isto notasse que o setor cooperativo, e o setor da economia social ocupam hoje um lugar bastante importante no contexto da nossa organização económico-social. (Pedroso, 1999)

De acordo com o Artigo 4º do Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social, aprovado pela Assembleia da República, por unanimidade, em 15 de março de 2013, integram a Economia Social as seguintes entidades:

- ✓ Cooperativas;
- ✓ Associações Mutualistas;
- ✓ Misericórdias;
- ✓ Fundações;
- ✓ Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- ✓ As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- ✓ As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- ✓ Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

*“A ciência que designamos por “economia” assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda a prática humana se encontra imersa. Essa imersão [...] obriga [...] a pensar qualquer prática, a começar por aquela*

*que se apresenta, da maneira mais evidente e rigorosa, como sendo “económica”, como um “facto social total”. Pierre Bourdieu (2001, p.3)*

É deste modo que a Economia Social apresenta um caminho alternativo e sustentável, um caminho onde a pessoa não é um número, e a natureza não é um bem privado. Neste sentido surge, de entre as várias iniciativas e abordagens da Economia Social, o microcrédito. O microcrédito tem-se apresentado como mais uma alternativa apontada para financiar e apoiar as micro e pequenas iniciativas empresariais que nascem da capacidade empreendedora de pessoas em situação económica e social desfavorecida e também como uma via de transformar atividades económicas que estão a ser desenvolvidas de forma informal e desestruturada em microempresas legais e formalmente inseridas no tecido económico.

## 1.3 - Responsabilidade Social e Microcrédito

Segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2001), a responsabilidade social é um conceito segundo o qual, as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Com base nesse pressuposto, a gestão das empresas não pode, e/ou não deve, ser norteadada apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas, mas também pelos de outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral.

Afirma Cardoso (2002) que o conceito de responsabilidade social deve ser entendido a dois níveis. O nível interno relaciona-se com os trabalhadores e, mais genericamente, a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar no alcance dos seus resultados. O nível externo tem em conta as consequências das ações de uma organização sobre os seus componentes externos, nomeadamente, o ambiente, os seus parceiros de negócio e meio envolvente.

Num contexto da globalização e de mutação industrial em larga escala, emergiram novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores, surgindo assim a RSE – Responsabilidade Social Empresarial. Os indivíduos e as instituições, como consumidores e/ou como investidores, adotam, progressivamente critérios sociais nas suas decisões (os consumidores recorrem aos rótulos sociais e ecológicos para tomarem decisões de compra de produtos). A Responsabilidade Social é cada vez maior, de natureza económica, social e ambiental. As empresas que têm responsabilidade social assumem voluntariamente esse compromisso, que vão além dos requisitos reguladores e convencionais, procuram sempre adotar uma gestão aberta de modo a conciliar os interesses das diversas partes. São várias as vantagens que se podem obter com esta ação, desde novas parcerias aquisição de competências, melhor gestão, direitos humanos, ambientais, sociais, etc.

Na maioria das vezes a responsabilidade é promovida sobretudo pelas grandes empresas incluindo públicas e privadas PME e cooperativas.

Apesar de generalizado, o conceito de responsabilidade social das empresas (RSE) não é fácil de definir. Não existe uma resposta clara e direta à pergunta sobre o que se deve esperar das empresas, no que respeita à sua responsabilidade social.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE), tal como é definida pela Comissão Europeia é, essencialmente, um conceito segundo o qual “as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (Comissão Europeia, 2001, p.4). Afirma também que “ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais” (Comissão Europeia, 2001, p.7).

Como referido na Comunicação da Comissão Europeia relativa à RSE: “um contributo das empresas para o Desenvolvimento sustentável” (Comissão Europeia, 2002, p.5), as empresas reconhecem hoje o seu sucesso e os benefícios duradouros para os seus agentes não se adquirem através da maximização de lucros a curto prazo, mas através de um comportamento coeso e responsável controlado pelo mercado. São cada vez mais as empresas que preferem optar por uma cultura de responsabilidade social neste contexto.

Apesar de serem bastante amplas as abordagens da RSE, esta pode ser definida genericamente como: “um comportamento que as empresas adotam voluntariamente e para além de prescrições legais, porque consideram ser do seu interesse a longo prazo; a RSE está estreitamente associada ao conceito de desenvolvimento sustentável: as empresas têm de integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental; a RSE não é um “acrescento” opcional às atividades nucleares de uma empresa, mas sim à forma como esta é gerida” (Comissão Europeia, 2002, p.6).

De acordo com Rego (2007), Portugal iniciou o seu percurso na RSE um pouco mais tarde do que a maioria dos países industrializados. Os autores referem que apesar disso, são já numerosas as manifestações de que o tema está presente na comunicação social, é objeto de estudos académicos e é levado à prática pelas empresas.

Segundo Cadoso (2006) num artigo publicado no Diário de Notícias, «Portugal é “bom aluno” na responsabilidade social», já são inúmeras as empresas que têm na sua agenda questões de sustentabilidade e responsabilidade social.

No que respeita às grandes empresas “o número é já impressionante”, diz Ballan (citado por Cadoso, 2006), sócio-gerente da Sair da Casca, empresa pioneira em Portugal em consultadoria de responsabilidade social.

Efetivamente, esta temática tem estado bastante centrada ao nível das grandes empresas, pois é a grande empresa que detém recursos financeiros e muitas vezes motivos

comerciais suficientemente fortes para no âmbito da defesa da sua imagem pública conduzir esforços rumo à integração mais ou menos voluntária da Responsabilidade Social e seus conceitos. No que respeita às PME Portuguesas, estas também desenvolvem múltiplas ações neste domínio, apesar de no seu caso ser menos visível.

Podemos afirmar que a responsabilidade social só faz sentido conectada com o desenvolvimento sustentável, não sendo uma realidade isolada. Esta pode ser encarada como uma “moda”, tratando-se de um movimento que veio para durar, apesar de, até há pouco tempo, não terem consciência disso, muitas empresas já a praticam de diferentes formas.

A responsabilidade social empresarial em Portugal tem como objetivo colaborar com empresas que pretendem desenvolver atividades na área da responsabilidade social, bem como promover a articulação entre as empresas, o governo e a sociedade civil contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento a nível nacional.

Associação Portuguesa para Responsabilidade Social Empresarial é uma associação sem fins lucrativos, faz parte de um conjunto de 15 instituições europeias ligadas à CSR Europe, instituição sediada em Bruxelas. É, em Portugal, ponto fulcral do Pacto Global das Nações Unidas.

A missão da associação visa ser a referência nacional na área da RSE; dar maior visibilidade às empresas com práticas socialmente responsáveis; promover, dinamizar e divulgar projetos intra e interempresariais, a nível nacional e europeu.

Aposta nas seguintes iniciativas:

- ✓ Realização de conferência europeia no âmbito da maratona europeia para a RSE;
- ✓ Programas de apoio à comunidade;
- ✓ Relações com escolas/universidades;
- ✓ Parcerias de desenvolvimento local;
- ✓ Formação de colaboradores de empresas associadas;
- ✓ Constituição de um rating social de empresas.

Em suma, têm sido múltiplas as iniciativas protagonizadas por grandes e médias empresas que pretendem transmitir uma imagem de responsabilidade cidadã. Quase se poderá dizer que a prática da responsabilidade social chegou e ficou.

Na grande maioria dos casos tem-se entendido a responsabilidade social como o desenvolvimento de ações favoráveis à sustentabilidade social dentro do quadro de funcionamento de cada uma das empresas. Pouco a pouco vai-se afirmando a perspectiva de que a responsabilidade social das empresas pode e deve ser entendida de forma mais abrangente, de modo a poder contemplar ações das empresas dirigidas a instituições de solidariedade social e outras ONG. A ANDC pode claramente ser uma das beneficiárias privilegiadas de ações de responsabilidade social, com conteúdo material específico ou outro, por ex.: ações de formação, melhoria do funcionamento dos serviços, aquisição de novos equipamentos, etc., ações de responsabilidade social que podem vir a apoiar a promoção do microcrédito.

A APRSE apoia o projeto do microcrédito porque este contribui como um instrumento estratégico para o desenvolvimento socioeconómico da sociedade portuguesa, ao gerar criação de emprego, ao promover a inclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos, ao impulsionar a inovação e fomentar a coesão social, contribuindo, desta forma, para a capacitação social.

## 1.4 - Desenvolvimento Social e Microcrédito

Como sistema estruturado alternativo ao sistema de crédito tradicional, o Microcrédito visa essencialmente um objetivo social, a erradicação da pobreza e a inclusão plena de grande parte da população excluída ou em risco de o ser, por via da sua reabilitação económica. Ou, como o Yunus diz: *“Ironicamente, o Microcrédito que é construído em redor, pelo e com o dinheiro, não tem no seu âmago, na sua raiz profunda, nada a ver com o dinheiro. Tem a ver com ajudar as pessoas a realizarem totalmente os seus potenciais. Não tem a ver com capital financeiro, mas com capital humano. O dinheiro é uma mera ferramenta que ajuda à realização dos sonhos, que ajuda as pessoas mais pobres e mais desafortunadas a ganhar dignidade, respeito e um sentido para as suas vidas* (“O Banqueiro dos Pobres”, Mohamed Ahmed, 2009, p.159)

O microcrédito tem como objetivo apoiar o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, através de empréstimos a pessoas que não conseguem obter outro tipo de crédito junto das instituições, por força da sua reduzida capacidade de endividamento. É necessário que as operações de microcrédito tenham como finalidade o financiamento de uma atividade empresarial que os clientes queiram iniciar ou expandir e que essa atividade tenha condições para criar ou manter postos de trabalho de forma sustentável, nomeadamente o do próprio microempresário.

No âmbito do microcrédito, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito. Este programa destina-se a facilitar o acesso ao crédito a pessoas com especiais dificuldades de integração no mercado de trabalho, que estejam em risco de exclusão social e possuam uma ideia de negócio viável.

A desmistificação na maneira de pensar sobre a concessão do crédito levou a outro grande feito do Microcrédito, que foi a democratização do crédito. A propósito de garantias, importa não esquecer que o acompanhamento – uma das características metodológicas do Microcrédito – é também uma forma de garantia na medida em que diminui o risco. Para além disto, e não menos importantes vêm por arrastamento, surgem outros aspetos positivos tais como:

- ✓ O ganhar confiança e aumento da autoestima dos beneficiários;
- ✓ A responsabilização destas pessoas pelo compromisso de pagar o empréstimo (capital e juros) a tempo e horas durante a sua vigência;

- ✓ O reforço da cultura de empreendedorismo nas comunidades;
- ✓ O *desenvolvimento* das mulheres e a sua maior participação na economia e noutras áreas da sociedade;
- ✓ Pedagogia do desenvolvimento, sobretudo nos Países em Vias de Desenvolvimento, em que alguns dos requisitos exigidos se prendem com a obrigatoriedade de os filhos frequentarem a escola ou o uso de água potável, por exemplo.

Convém realçar o papel do Microcrédito, sobretudo na Europa, na luta contra a subsidiopendência ao encorajar e apoiar iniciativas de autoemprego por parte de desempregados ou trabalhadores em risco de desemprego assim como outros beneficiários das prestações da segurança social. Como resultado, e para além de criação de empregos/microempresas, isso traduz-se em aliviar a pressão sobre o sistema da segurança social.

No entanto, importa ter presente qual o papel principal do Microcrédito e o seu papel acessório e complementar de outros instrumentos da rede da proteção social.

O Microcrédito não é um instrumento vocacionado para a criação de empregos em quantidade ou produzir, de forma significativa, e a curto prazo, uma alteração repentina da curva de desemprego. Ou, por outras palavras, não é comparável a uma grande fábrica. O seu papel é eminentemente de inclusão social através do encorajamento e apoio à iniciativa económica, ao proporcionar pequenos empréstimos aos promotores e o seu acompanhamento durante a vigência do empréstimo.

A nível do emprego, o impacto direto é a criação de pelo menos um posto de trabalho por cada empréstimo, embora em muitos casos haja mais um posto de trabalho criado (geralmente um membro do agregado familiar). Trata-se de um instrumento que tem de combinar ao mesmo tempo a luta contra a exclusão económica e social, que exige um longo trabalho de acompanhamento muito especializado e com elevados custos antes de atingir a velocidade de cruzeiro, e a quantidade de empréstimos concedidos, ou seja, os postos de trabalho criados. Por isso, os meros indicadores quantitativos (como o número de empréstimos concedidos ou postos de trabalho criados) revelam-se insuficientes enquanto medidas de performance e, por conseguinte, devem ser conjugados com outros indicadores mais qualitativos e de natureza social.

Sublinha-se ainda o facto de os custos da exclusão social, a longo prazo, serem bastante elevados para as sociedades ao ponto de se tornarem insustentáveis. Uma sociedade que continue a gerar exclusão é uma sociedade sem futuro.

Tornou-se um consenso quase universal dizer-se, hoje, que a fonte do progresso e da criação de riqueza é a competitividade. Seremos tanto mais capazes de produzir valor acrescentado, quanto mais competitivos mais capazes somos de nos afirmar.

A competitividade, isto é, a capacidade de duravelmente produzir progresso e riqueza, supõe uma sociedade inclusiva, isto é uma sociedade que dá, a todos e a cada um, a possibilidade de, de acordo com as suas capacidades, ativamente participar no grande movimento coletivo de criação de riqueza.

O grande desafio para o Microcrédito, é trabalhar com uma população que o sistema económico não consegue inserir, já que não é fácil encontrarem empregadores que valorizem as suas capacidades, mesmo se treinadas e desenvolvidas através da formação profissional. Isto não significa que a comunidade onde residem não necessite do produto do seu trabalho.

O Microcrédito existe precisamente para as pessoas que imaginam um pequeno negócio adaptado aos seus conhecimentos e saber-fazer, através do qual possam melhorar o seu rendimento familiar e buscar a inserção económica e social que lhes permita romper com a sua situação de exclusão. Ninguém que foi bem-sucedido a criar o seu posto de trabalho, quer, alguma vez, perdê-lo; vai lutar por ele com todas as suas forças. Cada um, individualmente, ganhou um emprego, tornou-se independente, passou a ganhar a sua vida, sob sua própria responsabilidade. Mas, com isso, todos nós ganhamos, direta e indiretamente. É que, quem passou a ganhar dinheiro com o seu negócio, deixou de receber o subsídio que todos nós pagamos; passou a fazer descontos para a segurança social e a pagar impostos; produziu sinergias para todos os que observam o seu sucesso e são levados a pensar que, afinal, o sucesso, também, está ao seu alcance.

Os programas bem-sucedidos de Microcrédito, de acordo com Néri e Barboza (2006) resultam quando existe a criação de grupos de pessoas que juntas adquirem empréstimos e se responsabilizam pelo pagamento do mesmo parcelado; numa sociedade pouco dependente, que consiga empréstimos de baixos valores e graduais de acordo com a necessidade do cliente. Yunus (2008) diz que após a implementação do Microcrédito

verificou-se melhorias e mudanças nos aspetos sócios- económicos de Bangladesh e passaram por:

- ✓ Reduzir a taxa de pobreza;
- ✓ Rápido crescimento económico;
- ✓ Estabilização na desigualdade social;
- ✓ Queda no crescimento populacional;
- ✓ Melhorias na assistência médica;
- ✓ Aumento da expectativa de vida;
- ✓ Melhoria nas oportunidades de educação para as crianças;
- ✓ Aumento das taxas de alfabetização;
- ✓ Melhoria na qualidade de saúde básica com acesso a serviços de saneamento;
- ✓ Melhoria nos serviços de telecomunicações;
- ✓ Melhoria na capacidade de resistência a desastres naturais;
- ✓ Aumento do índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

## 1.5 - Empreendedorismo em situação de Exclusão social

O empreendedorismo para ser reconhecido como um campo de investigação, distinto de outros, deverá concentrar-se num quadro teórico próprio, único e criar um corpo de conhecimento coerente. Neste âmbito foi enorme a influência de Shane e Venkataraman (2000).

O facto da definição de empreendedorismo não ser ainda consensual, é recomendado que cada investigador explicita claramente o sentido que dá ao conceito no seu trabalho (Gartner, 1988). Algumas ideias chave obtidas ao longo da literatura estudada sobre o empreendedorismo referem que o empreendedorismo:

- ✓ É um conceito multidimensional, estendendo-se entre o indivíduo e o crescimento económico (Baumol, 1990, 2002; Bosma et al., 2009a);

- ✓ Possui os antecedentes fundamentais, desde as características pessoais, às culturais e às institucionais e, é sempre condicionado pela distribuição imperfeita da informação (Wennekers e Thurik, 1999; Van Stel et al., 2007);

- ✓ Manifesta-se quando os indivíduos decidem criar e explorar novas oportunidades através da criação de um novo negócio. Nuns casos emerge pela perceção da oportunidade, noutros casos é por necessidade (Drucker, 1964);

- ✓ Difunde-se na sociedade e no mercado através das novas ideias, novas formas organizativas, novos processos, novas tecnologias e/ou novos produtos e serviços (Wennekers e Thurik, 1999);

- ✓ Apresenta uma tendência para uma estrutura empresarial de micro, pequena e média empresa (Carree e Thurik, 1996, 1999; Carree et al., 2002).

O Empreendedorismo também tem um carácter social e um dos objetivos estratégicos do BIS - Banco de Inovação Social, é a promoção de um empreendedorismo socialmente inovador, economicamente sustentável e a um leque amplo de soluções a problemas – sociais, culturais, económicos e ambientais tenham um impacto social considerável. Na sequência deste objetivo estratégico, o BIS desenvolveu um Programa cujo modelo assenta em dois eixos diferentes: o empreendedorismo socialmente inovador e o empreendedorismo inclusivo.

O primeiro enquadra-se num ambiente economicamente sustentável, possui um impacto social relevante, nomeadamente, nas soluções que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e os seus parceiros do BIS proporcionam à Comunidade. Trata-se de um modelo que assenta na promoção da inovação social aberta, que nasce na sociedade entre os agentes sociais mediante iniciativas que pretendem dar uma resposta aos problemas sociais das Comunidades. O objetivo do Programa é captar essas iniciativas, validar o seu modelo de negócio e adquirir a escala necessária à sua sustentabilidade económica e à criação de valor social na Comunidade.

*“Empreendedorismo Social é o processo de procura e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas importantes e negligenciados da sociedade que se traduz em Inovação Social sempre que se criam respostas mais efetivas (relativamente às alternativas em vigor) para o problema em questão.”* (Filipe Santos, INSEAD 2012)

O segundo é prioritariamente orientado para o apoio a projetos que resultam do autoemprego ou de um número limitado de pessoas associadas a eles. Com este Programa, o DEES - Departamento de Empreendedorismo e Economia Social propõe-se a:

- ✓ Apoiar os negócios sociais capazes de oferecer uma solução inovadora e sustentável a umas determinadas necessidades sociais previamente identificadas pela SCML e por ela consideradas prioritárias que possuam um impacto social relevante na Comunidade;
- ✓ Apoiar negócios promovidos por pessoas desempregadas, em especial jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego.

O Programa está desenvolvido com base num Regulamento que prevê todas as fases do mesmo, assim como todos os aspetos relevantes: beneficiários, parceiros, critérios, formas de apoio e desenvolvimento, etc. Para além disso, toda a comunicação com os empreendedores e projetos é efetuado através da Plataforma e os projetos são apresentados mediante formulários online. É igualmente disponibilizada na Plataforma um conjunto de informação de suporte à apresentação dos projetos, realização de um plano de negócios e instrumentos financeiros de apoio.

Ser empreendedor é sobretudo uma atitude, mais do que qualquer outra coisa. É a atitude para explorar novas oportunidades, para assumir riscos e inovar.

Hoje, precisamos desta atitude a vários níveis: a nível individual, porque o empreendedorismo é uma via eficaz para a autorealização e felicidade; a nível organizacional, porque as empresas precisam de uma cultura de empreendedorismo para sobreviver, no dia em que uma empresa acha que não precisa de inovar o seu negócio torna-se um alvo perfeito para a concorrência; e por fim, a nível das sociedades porque o empreendedorismo já provou ser uma poderosa solução para os problemas que o governo não consegue resolver.

Reescrevendo a famosa citação de George Bernard Shaw “*O homem lúcido adapta-se ao mundo; o homem errante persiste em tentar adaptar o mundo a si próprio. Portanto, todo o progresso depende do homem errante.*” Simplificando, o empreendedor vê oportunidades, sob a forma de necessidades insatisfeitas, onde muitas vezes os outros não vêm e procura desenvolver uma maneira de satisfazer essas necessidades. A atitude deste “homem errante” pode ser caracterizada em três fatores: o empreendedor tem sempre um sentimento que as coisas podem sempre ser melhoradas; tenta usar recursos menos comuns cruzando criativamente diferentes saberes e experiências adquiridas, desafiando pressupostos; não se conforma com nada menos do que o melhor possível, gastando o mínimo de recursos com o máximo impacto.

O desenvolvimento das sociedades também exige este tipo de atitude empreendedora. Na maioria das vezes, problemas como o subdesenvolvimento parecem intransponíveis, quando os abordamos pela primeira vez, mas, no entanto a atitude empreendedora permite-nos olhar para as coisas como elas são e os problemas que parecem à primeira vista intransponíveis são resolvidos com soluções inovadoras. A cada dia que passa, deparamo-nos, cada vez mais, com os problemas sociais, as desigualdades, a pobreza e o empreendedor tem mais dificuldade em exercer a sua função. Mas persistente e não desistente que é na procura de soluções inovadoras para a sua própria evolução e para a evolução do meio envolvente não deixa que as lacunas da sociedade sejam um problema incontornável.

O microcrédito é uma ferramenta que dá possibilidade, de iniciativa, de empreendedorismo, de criação do seu próprio emprego e de autonomia a quem não possui condições de a tornar efetiva.

# Capítulo II – O Microcrédito e o microempresário Português

*“O microcrédito é uma estratégia inteligente porque ajuda a construir um ativo que se encontra até na mais pobre das comunidades: o poder e a determinação do espírito humano” (Alexandre Coutinho e Paula Carvalho Silva, citado por Lina Dias Lima, 2011, p. 2)*

## 2.1 - Microcrédito em Portugal

O microcrédito surge na sequência da complexidade das situações e das suas especificidades locais enquanto solução de combate à pobreza e à exclusão social (Afonso, 2010).

Segundo Alves (2006), o microcrédito surgiu em Portugal no ano de 1998 através da criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito - ANDC:

*“O acaso fez com que duas pessoas, desconhecidas entre si até então, e de geração diferente estivessem de formar diversa, conhecimento da experiência do GrameenBank. Em cada uma delas essa experiência despertou, por um lado, a curiosidade e por outro, a consciência de que a luta contra a pobreza e a contra a exclusão poderia conhecer outros rumos, mais dignos, não baseados na dependência dos subsídios tratando-se de um problema de sociedade, necessário era que também esta se envolvesse na procura de soluções, sendo esse empenhamento um exercício de cidadania. (...) A ideia parecia ótima mas as interrogações eram muitas e os receios ainda mais. Teria sentido em Portugal? Como começar? Haveria outras experiências na Europa? E como fazer? (...) O caminho percorrido e a experiência acumulada tiveram a sua síntese num Seminário realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como plano de fundo o documento “As Sete Teses do Microcrédito”. Este evento trouxe pela primeira vez ao nosso país um representante do GrameenBank, companheiro de caminhada do Prof. Yunus, Dipal Barau. E assim se deu o parto de uma organização a que chamaram Associação Nacional de Direito ao Crédito...”*(Centeio, 2008, p. 136).

O desenvolvimento do programa em Portugal teve por base uma parceria entre o Banco Comercial Português (desde 1999) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (desde 2006), através de dois protocolos assinados entre os intervenientes. (Centeio, 2008)

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (2013) define o microcrédito como um “pequeno empréstimo bancário destinado a apoiar pessoas que não têm acesso ao crédito bancário, mas querem desenvolver uma atividade económica por conta própria e, para isso, reúnem condições e capacidades pessoais, que antecipam o êxito da iniciativa que pretendem tomar”.

Segundo o acordo de cooperação entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, “O microcrédito permite criar emprego, eliminar o subsídio (fazendo com que

muitos dos que anteriormente apenas consumiam riqueza possam, também, ser parte na sua formação), produzir bens e serviços e aumentar o montante dos impostos e contribuições pagos” (Acordo, 2006, p.2).

A “invisibilidade” do conceito em Portugal ajuda a explicar a inexistência de artigos e estudos de base científica sobre o microcrédito no país. Contudo, o conceito veio a ter mais “visibilidade” devido à Declaração do Ano Internacional do Microcrédito.

Os principais estudos foram promovidos pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, do IEFP e teve como objetivo central a - Avaliação do impacto do sistema do microcrédito – procurando ser uma base de apoio à tomada de decisão por parte das entidades competentes (Mendes,2007).

A aplicação do microcrédito em Portugal corresponde a uma inovação na junção dos domínios económico e social, já que a emancipação económica não se esgota em si, constituindo um meio para o objetivo multidimensional da inclusão social.

Traduz-se na satisfação da necessidade da inovação social, no crescente reconhecimento institucional e público, na propagação horizontal do Microcrédito (aumento da atividade da ANDC), e pela aplicação por parte de outros agentes, nomeadamente instituições de âmbito local que incluíram o Microcrédito no seu leque de respostas.

Esta adaptação é feita, de algum modo, também pelo Estado que, continuando a apoiar a ANDC, através do IEFP, adotou parcialmente o conceito no quadro das políticas públicas de emprego (André & Abreu, 2006, p. 139-140).

O microcrédito, ao estimular a capacidade empreendedora dos indivíduos, vai permitir uma melhoria do nível de vida da população. Esta melhoria do nível de vida já foi alvo de diversos trabalhos que a comprovam, nomeadamente o Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal, (2007).

“O microcrédito tem contribuído de forma eficaz para melhorar o bem-estar dos seus beneficiários, não só gerando acréscimos significativos de rendimento, mas também contribuindo positivamente para outras dimensões da inclusão social” (conclusão do Relatório preliminar sobre a avaliação do sistema de microcrédito em Portugal, 2007, p.54).

Em Portugal os principais agentes promotores e impulsionadores do microcrédito são a ANDC e a CASES.

## **2.1.1 - Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC**

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) foi a pioneira do Microcrédito em Portugal, é uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 1998 por pessoas interessadas em promover, em Portugal, o desenvolvimento da experiência do GrameenBank, criado por Muhammad Yunus. A ANDC é muito importante para a diminuição da exclusão social que, ao longo do tempo, se tem apoderado da sociedade. Por isso, poucos anos depois da sua fundação, a ANDC obteve o reconhecimento como "instituição de utilidade pública", passando, a partir de então, a dispor do Estatuto de Utilidade Pública (DR, II Série, n.º 272, de 19/11/04).

A ANDC apoia gratuitamente pessoas com capacidade empreendedora para desenvolverem o seu negócio, oferece apoio a quem não tem acesso ao financiamento bancário normal e realiza um acompanhamento gratuito e de proximidade, desde a preparação do Plano de Negócios até ao final do reembolso do empréstimo.

Para prestar todo o apoio aos empreendedores, a ANDC dispõe de uma equipa de técnicos especializados, em todo o território continental. Além da equipa de colaboradores remunerados, a ANDC conta ainda com o trabalho de voluntários e de outras instituições que se preocupam com os problemas do desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

A ANDC constitui-se, assim, de órgãos sociais comuns às associações privadas sem fins lucrativos tendo uma Mesa da Assembleia-geral, Direção e Conselho Fiscal, sendo que nenhum dos cargos estatutários da ANDC é remunerado.

O trabalho no terreno é desenvolvido pelos Técnicos de Microcrédito (TM), que se encontram distribuídos pelo território do Continente.

Os TM têm por missão divulgar o microcrédito, ir ao encontro de quem pode mudar a vida da sua família graças à criação de um pequeno negócio rentável, apoiar a preparação dos projetos de financiamento e acompanhar o desenvolvimento dos negócios criados pelos microempresários. Uma parte deste trabalho é feita em regime de voluntariado (Órgãos Sociais, Comissões de Crédito, atendimento e múltiplas outras atividades de apoio

ao trabalho administrativo e operacional,). Os restantes trabalhadores (Secretário-Geral, membros do secretariado, Técnicos de Microcrédito e Gestor Operacional de Microcrédito) são remunerados.

Tem como parceiros Entidades Bancárias, o Instituto Emprego e Formação Profissional - IEFP, os Serviços pro-bono, as Camaras Municipais, as Instituições de Solidariedade Social entre outros.

A ANDC cria condições para que as pessoas que não conseguem obter um financiamento para iniciar um negócio tenham acesso ao crédito, desde que sejam capazes de demonstrar a viabilidade do negócio que pretendem lançar. No entanto, não é a ANDC que concede crédito porque o Regulamento das Instituições Financeiras a impossibilita. Esta impossibilidade foi ultrapassada através da celebração de protocolos onde as instituições bancárias que se comprometeram a financiar os projetos que lhes são apresentados pela ANDC.

- ✓ Millennium BCP
- ✓ CGD – Caixa Geral de Depósitos
- ✓ BES – Banco Espírito Santo
- ✓ CCAM Noroeste – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste
- ✓ Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro

O protocolo com o **Millennium BCP** existe desde 1999, com a **Caixa Geral de Depósitos** desde fins de 2005 e com o **Banco Espírito Santo** desde o início de 2006. Além destes parceiros a nível nacional, a ANDC celebrou protocolos, de âmbito regional, com a **CCAM Noroeste - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste** desde Novembro 2012, o qual abrange o distrito de Viana do Castelo e concelho de Barcelos e, desde maio de 2013, com a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro**, cujo protocolo abrange os distritos de Viseu e Guarda e concelhos de Aguiar da Beira, Armamar, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço, Trancoso e Vila Franca das Neves. A colaboração entre a ANDC e os Bancos tem-se vindo a desenvolver de forma a prestar cada vez melhor serviço aos candidatos do microcrédito, trabalhando a ANDC para a melhoria permanente da qualidade dos serviços prestados.

A parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP tem como missão central a promoção do emprego e da formação profissional dos trabalhadores. É, portanto, uma instituição essencial no conjunto dos parceiros da ANDC.

O IEFP, nos termos do protocolo estabelecido em Dezembro de 2006, e que se tem vindo a renovar, financia a ANDC em termos proporcionais ao número de contratos de empréstimo celebrados, justificando, assim, o contributo da ANDC para a criação de emprego e o desenvolvimento da iniciativa por parte dos mais desfavorecidos.

Nos termos do mesmo protocolo encontra-se, igualmente, estabelecido que:

- ✓ Os microempresários poderão ter acesso às atividades de formação profissional e qualificação empresarial, desenvolvidas pelo IEFP;

- ✓ Se procederá à difusão, junto das instituições dependentes do IEFP, ou cuja atividade com a dele se articule, das virtualidades do microcrédito, promovendo, para o efeito, as atividades de formação ou sensibilizações que venham a ser consideradas necessárias.

Este exposto revela que são múltiplas as potencialidades de articulação entre as atividades da ANDC e do IEFP e que a eficácia dessa articulação ajudará a aumentar a eficiência das políticas de emprego.

O serviço pro bono trata-se de serviços destinados a apoiar a atividade corrente da ANDC, bem como a atividade dos microempresários. De entre as várias empresas, são exemplo as que prestam diversos apoios de natureza jurídica, bem como no domínio dos sistemas de informação, comunicação e imagem.

### **Serviços de Sistemas de Informação**

- ✓ Everis

### **Serviços de Comunicação e Imagem**

- ✓ Born

## **Serviços jurídicos**

- ✓ Abreu Advogados
- ✓ Linklaters
- ✓ Vieira de Almeida (VdA)

## **Alojamento e Software**

- ✓ Microsoft

Os protocolos com as Câmaras Municipais têm como objeto principal realizar o encontro das capacidades que estas possuem de, através dos seus vários serviços, identificarem eventuais candidatos ao microcrédito e de os sinalizarem à ANDC, com a vocação de que dispõe a ANDC para apoiar esses candidatos na preparação dos seus projetos de investimento.

Em alguns casos o envolvimento das Câmaras Municipais pode ir mais longe, através de apoio à preparação dos projetos de financiamento, apoio esse que é sempre muito relevante.

As parcerias com as Instituições de Solidariedade Social têm um objeto muito semelhante ao das que são estabelecidas com as Câmaras Municipais, uma vez que estas instituições conhecem melhor do que ninguém os territórios geográficos e sociais em que poderão existir candidatos ao microcrédito criando, assim, oportunidades que, de outro modo, lhes passariam despercebidas.

Outras parcerias que a ANDC possui, e não menos importantes, são:

- ✓ AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu
- ✓ ACIM – Associação Comercial e Industrial do Concelho da Mealhada
- ✓ SEMA – Associação Empresarial
- ✓ Banco de Inovação Social – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- ✓ CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

O relacionamento internacional com outras instituições congéneres é uma das vertentes importantes do trabalho da Associação. Desde a sua fundação a ANDC tem valorizado a ligação às dinâmicas de microfinança que se desenvolvem pelo mundo inteiro e, em particular, na Europa. Dos contatos estabelecidos e das dinâmicas que tem ajudado a criar, a ANDC tem retirado experiência, conhecimento e capacidade de corrigir comportamentos e perspetivar ações futuras.

Para além de múltiplas relações de carácter bilateral, a ANDC é uma parceira ativa e permanente da organização europeia de microcrédito (sobretudo países da anterior Europa Ocidental) que assume a designação de "Rede Europeia de Microfinança" (REM).

### **REM**

Na Rede Europeia de Microfinança - REM estão envolvidas mais de 50 instituições de microfinança e a ANDC é uma das parceiras mais ativas, tendo já pertencido, por várias vezes, à sua Direção, composta por 7 membros.

A ANDC está, igualmente, atenta às iniciativas do Microfinance Center - MFC, organização equivalente à REM, que envolve, sobretudo, organizações dos países da anteriormente designada Europa do Leste.

### **EFIN**

A ANDC é também membro da EFIN – European Financial Inclusion Network, a qual tem como objetivo combater a exclusão financeira e adaptar os produtos existentes no mercado às necessidades das pessoas.

Na cimeira mundial realizada no fim de 2006, no Canadá, as instituições de microcrédito de todo o mundo comprometeram-se a acabar, até 2015, com cerca de um quarto das situações de pessoas mergulhadas na pobreza extrema, através do microcrédito. Em Portugal, significaria que deveríamos ser capazes de promover a realização de 15 000 negócios por ano, até 2015.

## 2.1.2 -Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – CASES

A CASES foi fundada por António Sérgio. Uma figura incontornável que nasceu em Damão, em 1883. Foi escritor, pensador e pedagogo, com vasta obra publicada que se estende da teoria do conhecimento à filosofia política e de educação. Afirmou-se na área da Educação com obras e pensamentos originais, tendo dirigido publicações periódicas e fundado o movimento *Renascença Portuguesa*, precursor da reforma do ensino a seguir à Proclamação da República. Os seus escritos, nas mais diversas áreas, revelam uma filosofia com profundas implicações humanas e sociais. Defendeu a doutrina democrática a nível de organização política, uma criação da pedagogia que valoriza-se a criança e o jovem como seres criativos, e foi um dos principais ideólogos do cooperativismo em Portugal. Exilou-se em Paris após a subida ao poder de António Oliveira Salazar. Das suas obras destacam-se *Educação Cívica* (1915) e oito volumes de *Ensaios* (1920-1958). Morreu em Lisboa, em 1969.

*“Reconhecer, promover, dinamizar, fortalecer e qualificar o setor da economia social. Estas são as grandes linhas que definem a missão da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - CASES.”*

Assente numa parceria efetiva entre o Estado e organizações representativas do setor da economia social e assumindo a forma jurídica de "cooperativa de interesse público", a CASES, instituição privada com fins lucrativos, tem por objeto promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram.

Tem como entidades cooperadoras:

- ✓ Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR;
- ✓ Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL – CONFECOOP;
- ✓ Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL – CONFAGRI;
- ✓ Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS;
- ✓ União das Misericórdias Portuguesas – UMP;

- ✓ União das Mutualidades Portuguesas – UMP.

*“Estimular o potencial do setor da economia social e das suas organizações, em prol do desenvolvimento socioeconómico do país”*, é a fórmula do programa da CASES, desenvolvido sob a orientação de quatro eixos estratégicos:

- ✓ Colocar a economia social na agenda política nacional, através da promoção do reconhecimento legal e institucional do setor;
- ✓ Reforçar a aliança entre o setor da economia social e o Estado, através da revitalização de modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado;
- ✓ Desenvolver um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da economia social;
- ✓ Promover e apoiar o empreendedorismo social e estimular a capacidade empreendedora dos cidadãos e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável.

A CASES é, assim, um espaço de diálogo, onde cooperam diversos atores que se esforçam por tornar a economia social um setor coeso e de reconhecido valor em Portugal, contribuindo para um mundo mais justo e solidário.

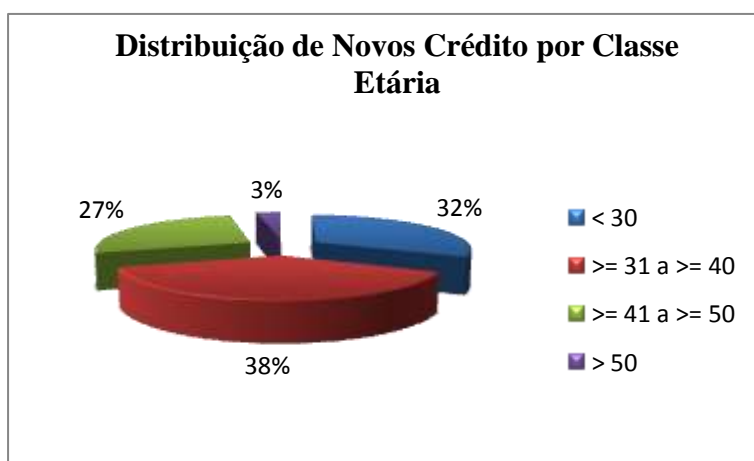
## 2.2 - Os Microempresários

### Portugueses

#### 2.2.1 - Microempresários apoiados pela ANDC – 1999 a Julho de 2014<sup>1</sup>

A ANDC inicia o segundo semestre de 2014 com 74 projetos já creditados. Trata-se de uma evolução muito positiva relativamente ao ano anterior, sendo o valor total dos projetos creditados de 758.807,00€. Este número deverá continuar a subir tendo em conta as candidaturas recebidas através do site da ANDC, verificando-se também um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

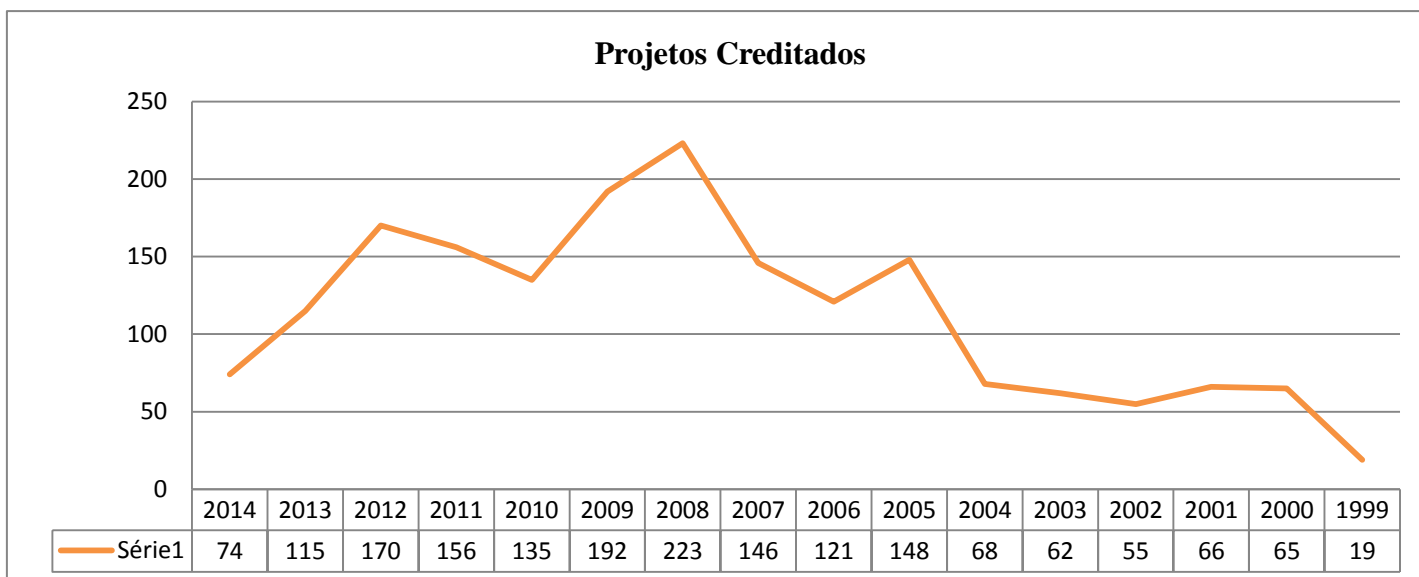
O primeiro semestre de 2014 enuncia o número de candidatos ao microcrédito com ensino superior, nos últimos anos (2012 e 2013), tem vindo a aumentar, no entanto, neste primeiro semestre de 2014, o nível de escolaridade mais representado situa-se no 12.º ano.



Os jovens com menos de 30 anos representam 32% no total de projetos aprovados mas o grupo com idade superior a 40 anos, principalmente o grupo etário entre os 41 e 50 anos de idade, tem vindo a subir.

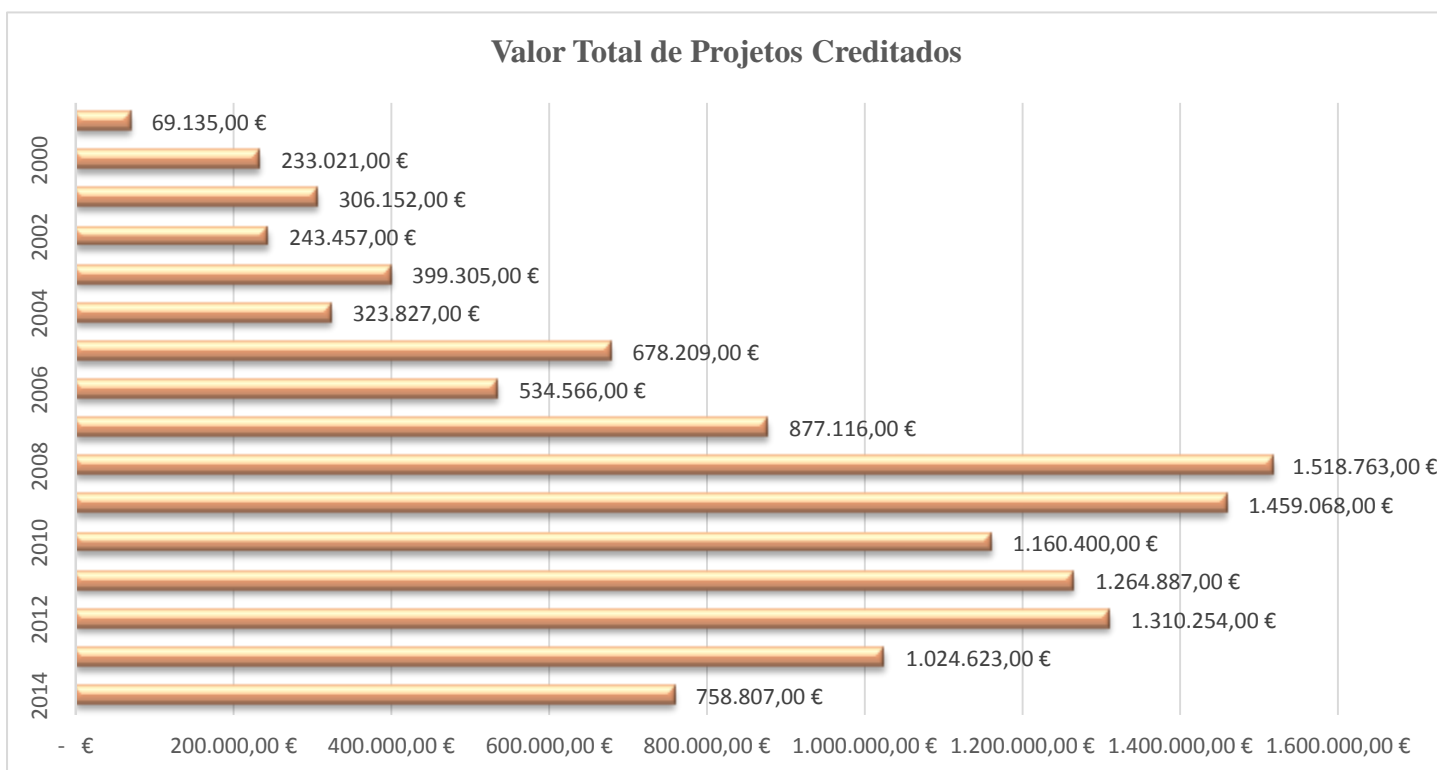
Gráfico 1 Distribuição de Novos Crédito por Classe Etária - Ano 2014

<sup>1</sup> Fonte: Dados Fornecidos pela ANDC

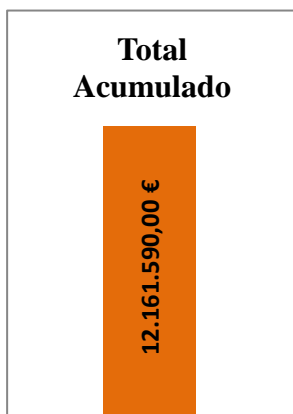


**Gráfico 2 Projetos creditados entre 1999 a 2014 (1º Semestre 2014)**

Desde 1999 que os projetos creditados tendem a aumentar obtendo um valor máximo no ano de 2008 de 223 projetos. Analisando os últimos três anos verificamos uma descida acentuada de 55 projetos de 2012 para 2013 e de 41 de 2013 para 2014. No total desde 1999 até Julho de 2014 foram creditados 1815 projetos.

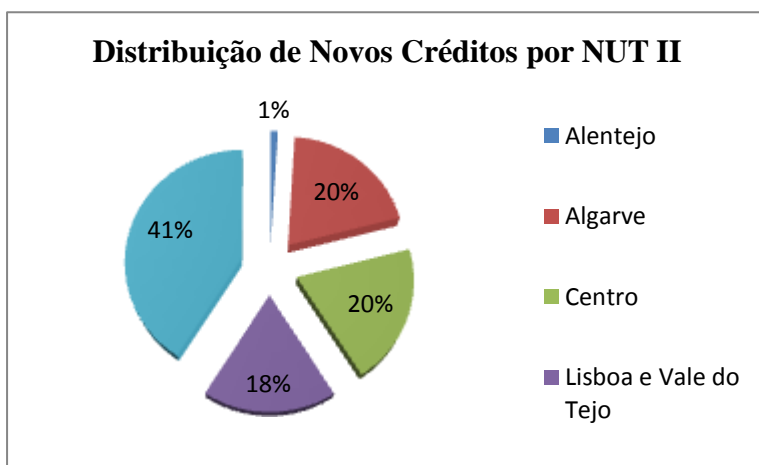


**Gráfico 3 Valor Total de projetos creditados entre 1999-2014 (1º Semestre 2014)**



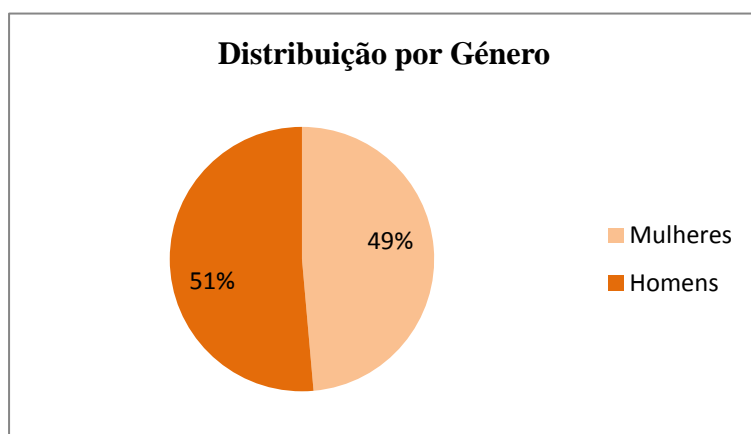
**Gráfico 4 Total acumulado (1999-2014)**

Como mostra o Gráfico 3 e 4 desde 1999 a 2014 já foram creditados cerca de 12 milhões de euros. Verificando-se o pico mais alto em cerca de 1 milhão e quinhentos mil euros no ano de 2008. Verifica-se que até 2008 os projetos creditados foram sempre aumentando significativamente e a partir de 2008 tiveram um aumento mais controlado.



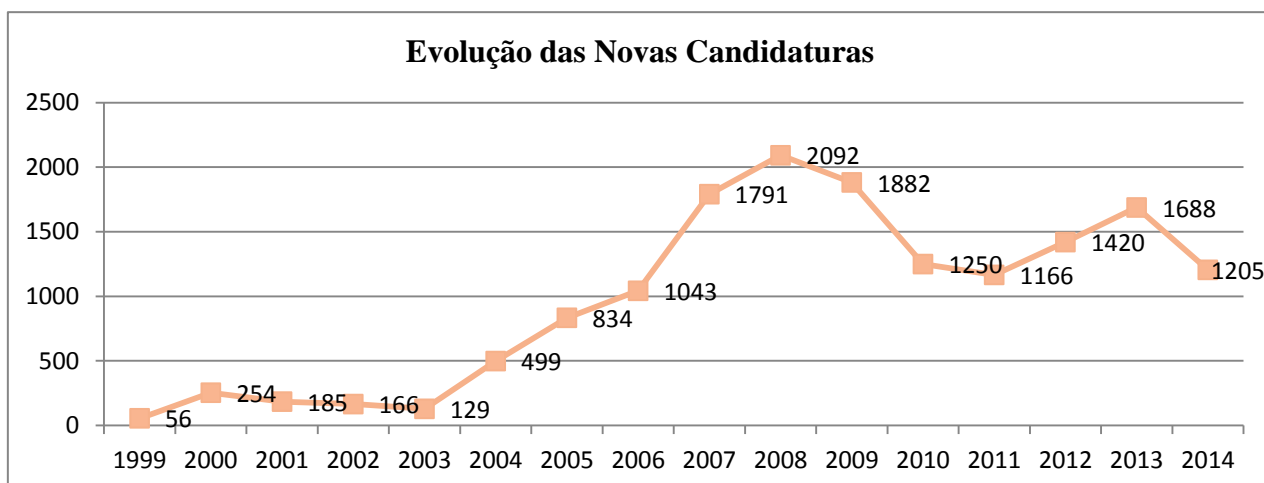
**Gráfico 5 Distribuição de Novos Créditos por NUT II - Ano 2014**

Comprovado pelo gráfico 5 existe claramente uma maior aderência ao Microcrédito, em 2014, na zona Norte (41%), seguindo-se a zona Algarvia e Centro com a mesma aderência (20%) e com uma percentagem bastante baixa temos a zona do Alentejo com apenas 1%.



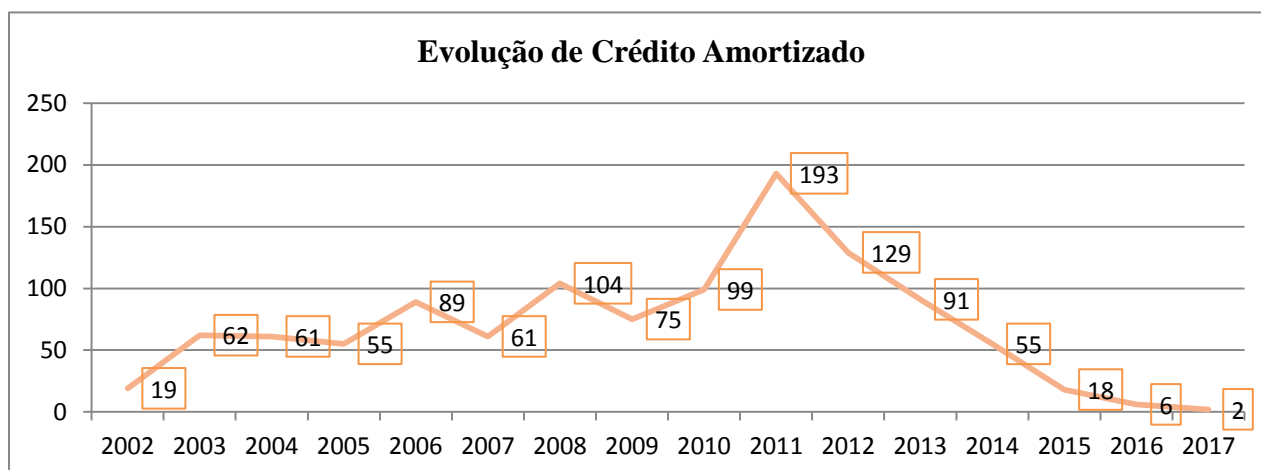
**Gráfico 6 Distribuição de Novos Crédito por Género 2014**

Em 2014 o Género dominante nos microempresários é o masculino mas por uma diferença apenas de 2 valores percentuais o que nos elucida cada vez mais a iniciativa das Mulheres em se tornarem autossustentáveis e mais dependentes.



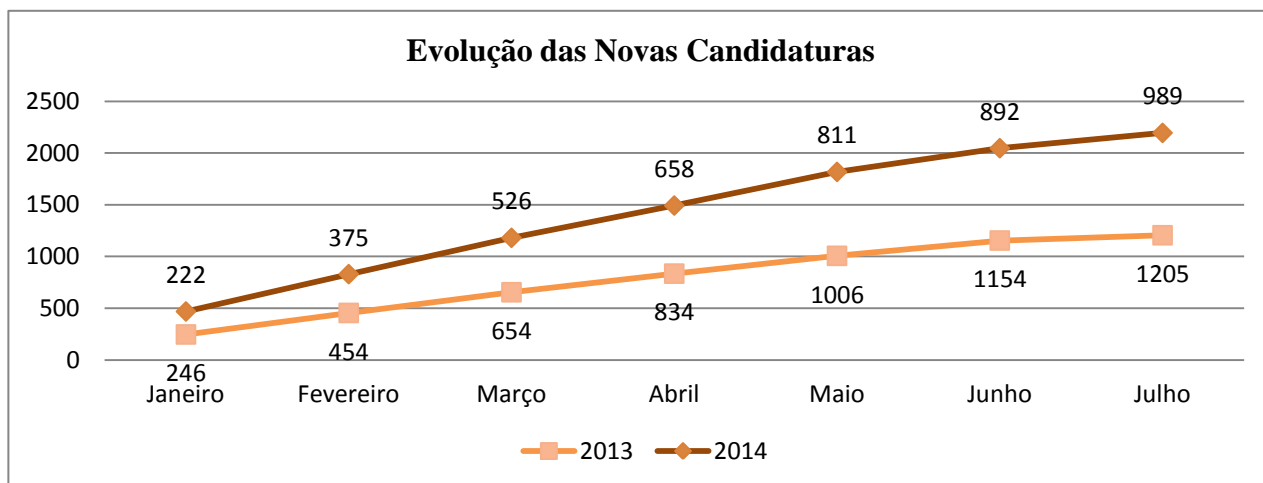
**Gráfico 7 Evolução das Novas Candidaturas ao Microcrédito (1999-2014)**

Nos primeiros oito anos a evolução das candidaturas foi sempre aumentando. A partir de 2009 foi diminuindo sendo que nos últimos três anos entre 2012 e 2013 houve uma subida mais acentuada e até ao primeiro semestre de 2014 têm-se, então, 1205 Novas Candidaturas o que até a final do ano prevê-se um valor igual ou superior ao de 2013.



**Gráfico 8 Evolução de Crédito Amortizado**

De acordo com o Gráfico 8, em geral, nota-se sempre uma descida do crédito amortizado, só no ano de 2011 houve um pico onde teve subida acentuada e depois tornou a descer significativamente.



**Gráfico 9** Evolução das Novas Candidaturas ao Microcrédito (1º Semestre de /2014)

Em comparação do ano de 2013 e 2014 verificamos que número de Novas Candidaturas teve um aumento no ano de 2014. Podemos verificar que em todos os meses em análise o número de novas candidaturas foi superior em 2014.

### Distribuição de Novos Créditos por Código de Atividade Económica

Descrição Cae	Total Creditos	%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4	5,41%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	4	5,41%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3	4,05%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7	9,46%
Alojamento, restauração e similares	10	13,51%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	26	35,14%
Construção	2	2,70%
Educação	2	2,70%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1,35%
Indústrias transformadoras	5	6,76%
Outras actividades de serviços	9	12,16%
Transportes e armazenagem	1	1,35%
<b>Total</b>	<b>74</b>	

**Tabela 1** Distribuição de Novos Créditos por Código de Atividade Económica (CAE) 2014

A Tabela 1 mostra os novos créditos concedidos divididos por Código de Atividade Económica no primeiro semestre de 2014. O CAE com maior número de créditos foi o de Comercio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos com 26 créditos, seguindo-se pelo segundo que foi Alojamento, restauração e similares com um total de 10 créditos. Os CAE's com menor número de créditos são a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e o Transportes e armazém, ambos com 1 crédito.

## 2.2.1 - Microempresários apoiados pela CASES: 2012-2013<sup>2</sup>

Por ainda decorrer o ano 2014 não foi possível termos acesso a dados do ano corrente contudo no ano de 2013 foram avaliados vários indicadores para se entender como o Plano Nacional de Microcrédito estava a atuar e encontram-se abaixo analisados.

<b>Plano Nacional de Crédito</b>	2012	2013
Projetos validados	69	130
Investimento (milhares €)	1130	2150
Financiamento (milhares €)	1104	2041
Nº de Postos de trabalho a criar	146	267
Investimento por posto de trabalho (milhares €)	7738	8256

**Tabela 2 Síntese de 2013**

Foram validados 130 processos, o que permite registar um crescimento de 88% face ao ano de 2012. Neste crescimento, e pela primeira vez, face à legislação que alargou o mercado alvo a microentidades e cooperativas, 15% do total de processos validados corresponderam a processos de expansão dessas entidades. Os 130 processos validados previam a criação de 216 postos de trabalho a tempo inteiro e 51 a tempo parcial, com um investimento previsto por posto de trabalho de 8256 euros, como é visível na Tabela 2.

---

<sup>2</sup> Dados fornecidos pela CASES

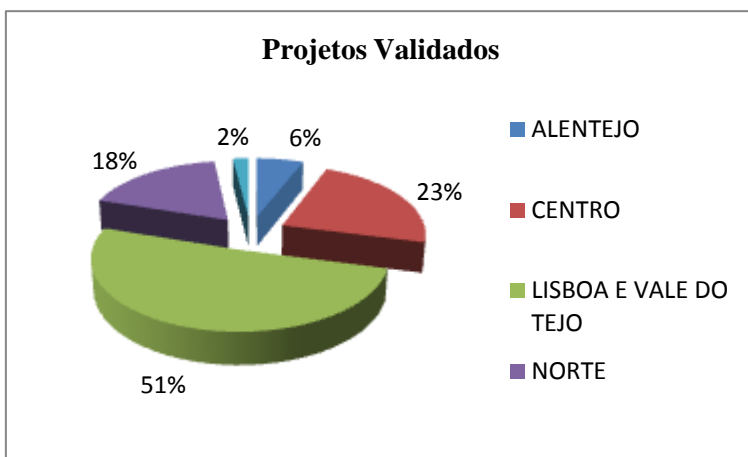


Gráfico 10 Projetos validados/NUTS II - 2013

Manteve-se a preponderância do comércio e do alojamento e restauração, no total de processos validados, com Lisboa e Vale do Tejo a representar 51% desse total.

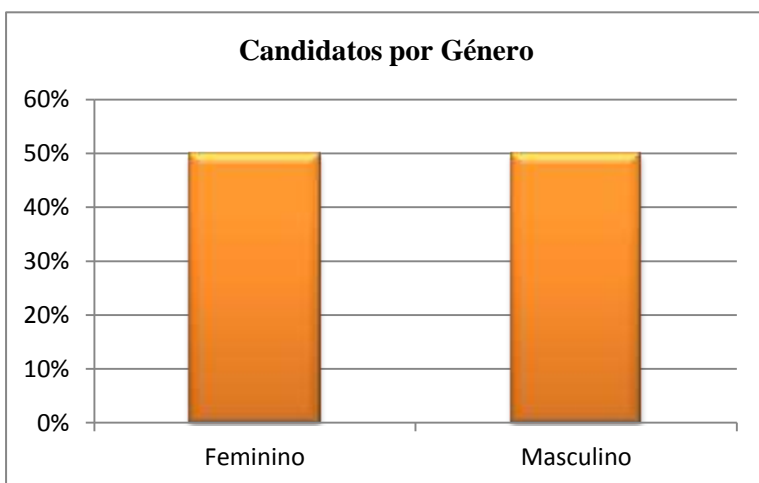


Gráfico 11 Género dos/as candidatos/as - 2013

No que respeita aos empreendedores, de acordo com o gráfico 11, 2013 apresenta uma posição de igualdade quanto ao género.

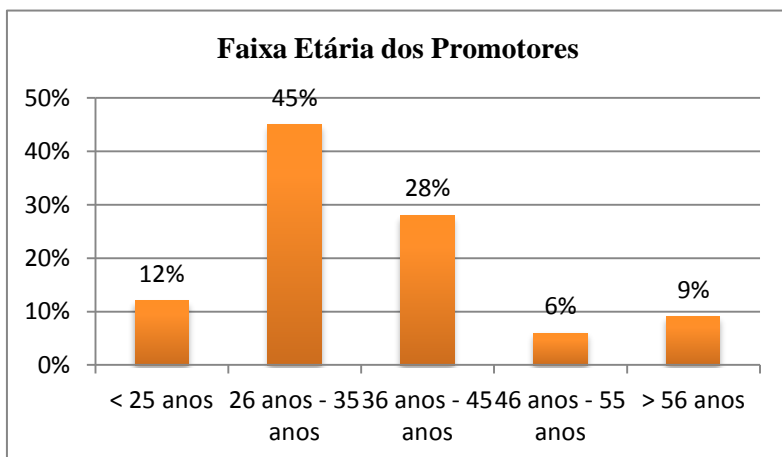
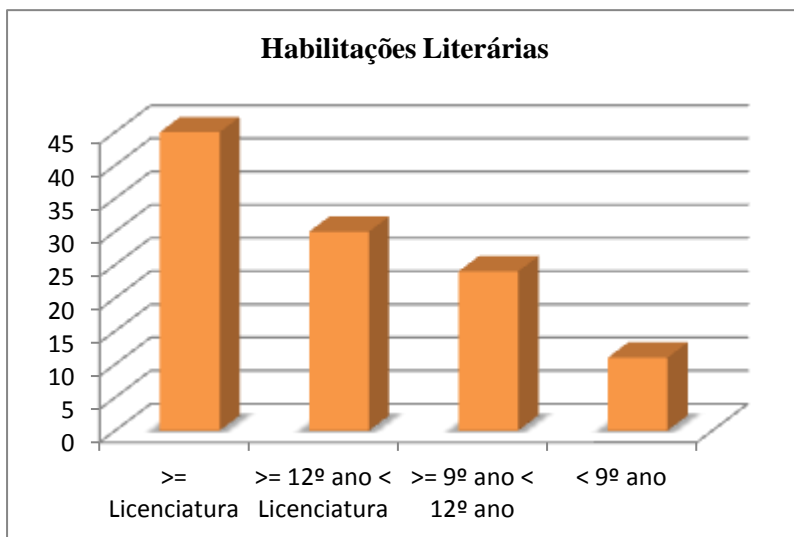


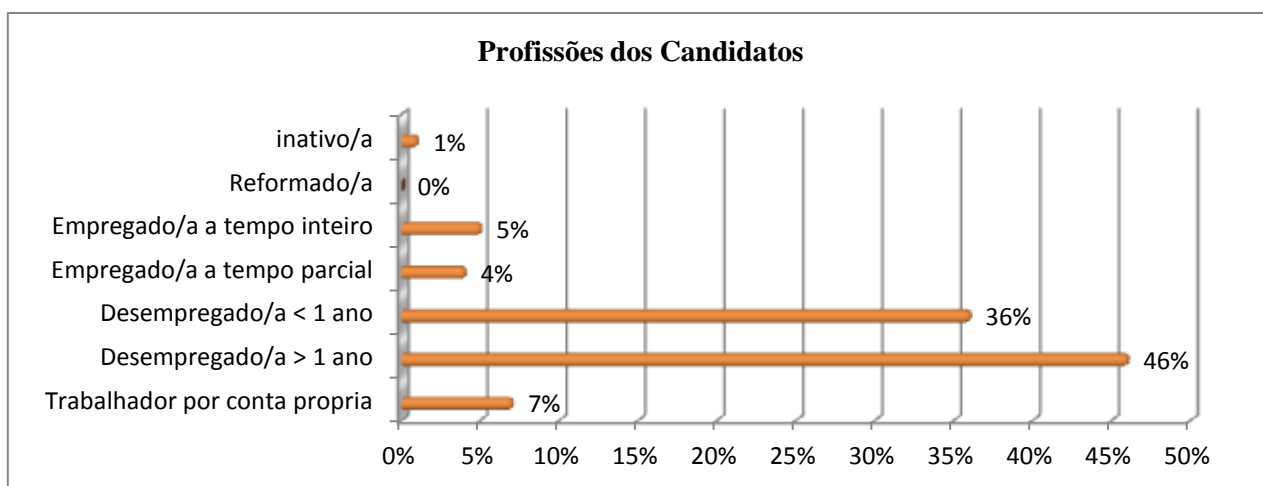
Gráfico 12 Faixa etária dos/as promotores/as - 2013

A faixa etária que é predominante é entre os 26 e os 35 anos. O que se verifica que quem recorre mais ao crédito são jovens.



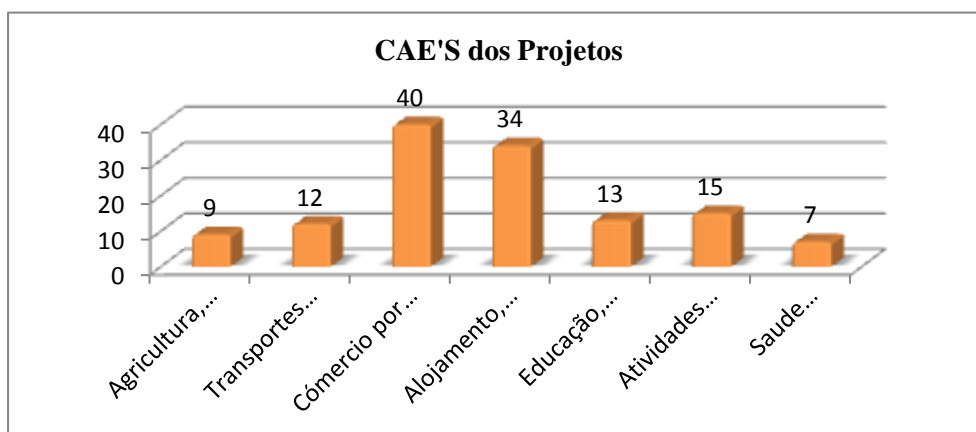
De salientar os valores para 2013, do nível de habilitação profissional com licenciatura dos empreendedores, que ascendem os 45%. Com apenas 11% temos o 9ºano. Cada vez mais os jovens licenciados procuram a oportunidade de criar o seu próprio negócio.

**Gráfico 13 Habilitações Literárias dos/as promotores/as – 2013**



**Gráfico 14 Estado Profissional dos/as candidatos/as**

Quanto à situação perante o emprego, 82% estavam desempregados, com um aumento de 36% para 46% dos desempregados há mais de um ano.



**Gráfico 15 CAE's dos Projetos Validados**

A preponderância do comércio (31%) e do alojamento e restauração (26%) face aos restantes CAE'S é facilmente detetada no Gráfico 15.

## **2.3 - Microcrédito como instrumento de desenvolvimento do Território Português**

Todos estes autores acreditam que o Microcrédito veio melhorar a qualidade de vida, na medida, que possibilita um rendimento sustentável de modo a diminuir a exclusão social, bem como resolver problemas socioeconómicos presentes na sociedade. De facto, o Microcrédito deverá considerar-se, hoje, como uma das questões centrais do desenvolvimento, nos espaços, já que neste processo o essencial não é o crédito, mas sim as pessoas e a atitude que perante elas assumimos quando construímos desenvolvimento.

Aproveitar bem os recursos disponíveis significa que se é capaz de inventar a ideia onde se encontre um equilíbrio entre os recursos disponíveis e as apetências de quem os gere. Por vezes somos bons imitadores e observamos o que fez sucesso em outros territórios e somos capazes de copiar as mesmas ideias. Contudo, o resultado da mesma é muitas vezes o seu insucesso, quer porque não sabemos aplicar bem a ideia, quer porque é a própria ideia que não se adequa às circunstâncias. O sucesso nesta combinação passará, necessariamente, por acreditar nas pessoas que estão no território e no seu poder criativo. São as pessoas que, no território, ao criar, propagar e cruzar raízes, tornam o espaço denso e, por isso sustentável.

O movimento do Microcrédito é uma peça essencial desse enraizamento. Ele tem, antes de tudo, o significado de que se acredita que, pelo desenvolvimento, muito pode fazer um grande número dos que nos habituámos a acreditar que não eram capazes de fazer o que quer que fosse. A possibilidade de fixar a pessoa em zonas deprimidas e acrescentar algum grau de atividade económica tem um impacto seguro no desenvolvimento local, mais pelos efeitos de imitação de comportamento do que pela relevância económica dos “negócios” criados. Por outro lado, o envolvimento das Instituições locais, na maior parte dos casos IPSS's e ADL's ou outras associações fortemente enraizadas no seu contexto local, cria um capital de conhecimento e de experiência local no que diz respeito ao apoio das iniciativas económicas que podem constituir um dos resultados mais significativos da utilização do Microcrédito.

As iniciativas locais de desenvolvimento social e emprego dinamizam a economia solidária, em domínios como os serviços de proximidade ou serviços de solidariedade, e a recuperação do património urbano. Para a execução destas metas, contribuíram um conjunto de instrumentos enquadrados no mercado social de emprego (escolas-oficinas; programas e atividades ocupacionais; empresas de inserção, entre outros) e algumas outras medidas de formação e de apoio ao microcrédito (Ballet, 1997; Ramos, 2003, 2005).

O Mercado Social de Emprego - MSE constituiu um instrumento promotor do emprego, do reforço da cidadania e potenciador de maior coesão social, no combate ao desemprego, pobreza e exclusão social, respondendo a necessidades sociais não satisfeitas pelo funcionamento normal do mercado, com os seguintes princípios: aprofundamento do espírito de parceria; estímulo à dinamização sócio local; promoção da capacidade de autossustentação económica; qualidade dos serviços prestados; relevância social das atividades desenvolvidas; reforço de competências pessoais, sociais e profissionais dos desempregados abrangidos; promoção da empregabilidade de pessoas com possibilidades reduzidas, no sistema formal de emprego, e criação adicional de postos de trabalho. (Jorge, 2000)

Em Portugal deparamo-nos com problemas existentes mais no interior do país onde os níveis de pobreza e a ausência de iniciativas empresariais que impulsionem o desenvolvimento económico local são muito escassos. Além de, atualmente, ter uma população mais envelhecida é-nos possível verificar, com dados fornecidos pela ANDC no mapa abaixo, que o interior do país tem vindo a contrariar a tendência e a procura pelo Projeto do Microcrédito e em 2014 foram creditados 6 novos projetos que vão ajudar a criar postos de trabalho e tornar todos os intervenientes nos projetos cidadãos auto-sustentáveis.

### Novos Créditos por Distrito para o Ano: 2014

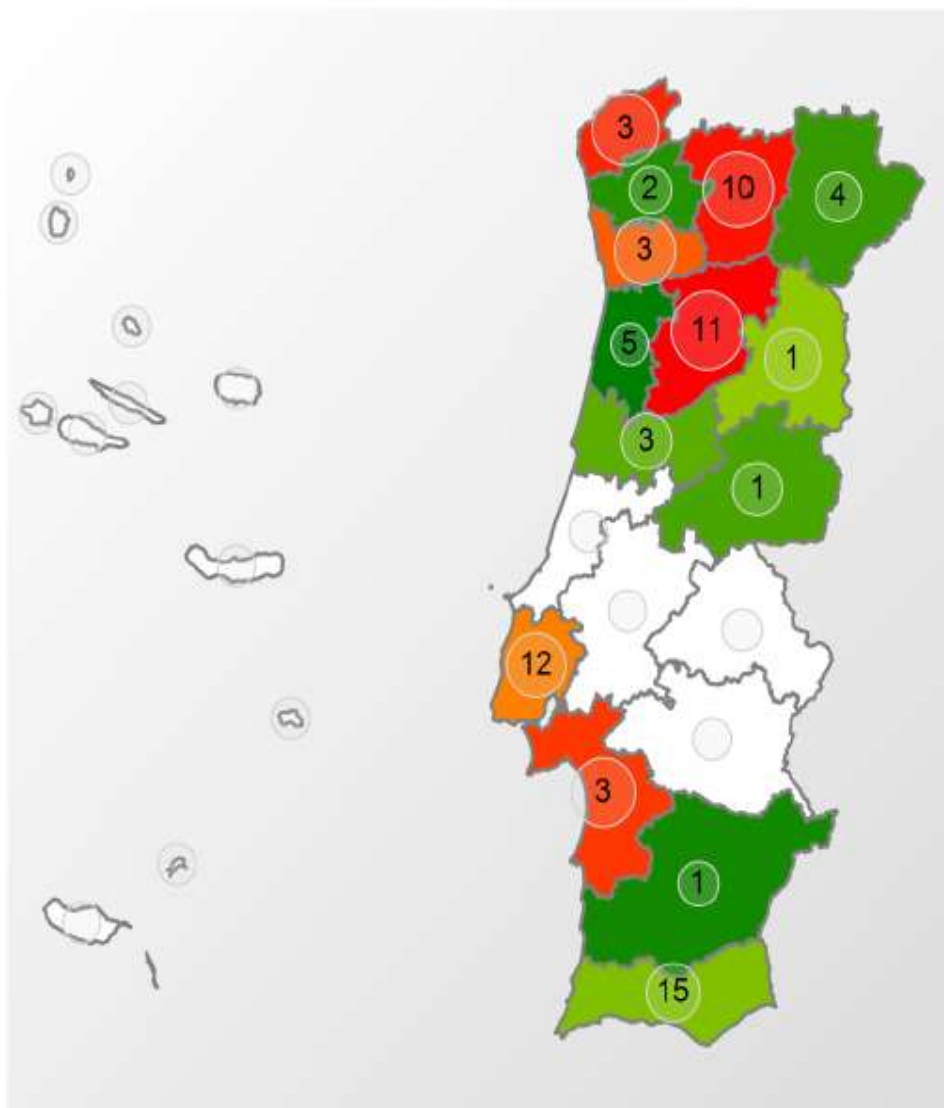


Ilustração 1 Distribuição do Projetos por Portugal

Dados cedidos pela ANDC

## 2.4- Fatores de Sucesso do Microcrédito

O sucesso das iniciativas de microcrédito e o seu carácter inovador, avançam André & Abreu (2006, p.131), *“está também ligado ao reconhecimento do carácter multidimensional da resposta que este constitui para os problemas, também eles multidimensionais, da pobreza e da exclusão social”*.

André & Abreu (2006) apresentam o Microcrédito como estudo de caso exploratório do conceito de inovação social e referem três requisitos principais para o sucesso do mesmo:

- ✓ a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado;
- ✓ a promoção da inclusão social;
- ✓ a capitação dos benefícios.

Concluem, então, que estes requisitos são cumpridos onde o Microcrédito permite o acesso a um serviço de crédito a uma parte da população excluída, cumprindo assim o primeiro requisito; o facto de os beneficiários integrarem no mercado de trabalho contribuir para a inclusão social dos intervenientes, fazendo-se cumprir o segundo requisito; e por fim a aquisição de competências e conhecimentos, o reforço da autoestima e a melhoria do estatuto social associados ao processo, permitem minimizar a posição de vulnerabilidade das pessoas perante os mecanismos de mercado contribuindo assim para a diminuição da sua dependência face a terceiros, particulares ou instituições. (André e Abreu, 2006)

Assim, em Portugal, tal como no resto do mundo, onde iniciativas de microcrédito têm vindo a ser implementadas, este instrumento é encarado como um meio de luta contra a pobreza e uma alavanca para o desenvolvimento local, sobretudo se os empréstimos forem concedidos a grupos de pessoas solidárias (Portela, 2009, p. 119). No estudo “Microempreendedorismo em Portugal” (2008), o microcrédito é referenciado como tendo um papel importantíssimo para quem tem ideias de negócio mas não tem o capital nem garantias para o fazer (Portela, Hespanha, Nogueira, Teixeira & Baptista, 2008, p. 38), sobretudo numa sociedade como a portuguesa com uma franja significativa da população em situação de pobreza, tal como indicado anteriormente. Esta orientação para os mais pobres tem sido a prioridade do instrumento do microcrédito e o estudo realizado em 2007 e coordenado por Mendes, “Estudo de Avaliação do Sistema de Microcrédito em

Portugal”, revela um impacto positivo deste instrumento sobre o rendimento monetário líquido, mas que é superior para os beneficiários com ensino secundário completo relativamente aos de menores habilitações. Esse mesmo estudo aponta para a necessidade de “territorialização da aplicação do microcrédito” (Estudo de Avaliação do Sistema de Microcrédito em Portugal, 2007, p. 63), considerando como fundamental a adaptação do instrumento à diversidade de situações de pobreza e exclusão social presentes a um nível local. É esta relação entre o instrumento microcrédito e medidas no território de combate à pobreza e exclusão social que nos remete para a análise das dimensões estruturais que condicionam a evolução e visibilidade do instrumento microcrédito em Portugal. No entanto, a nossa intenção será que o campo de análise se centre sobretudo a um nível micro e na compreensão das singularidades (perceções e práticas) da sua aplicação a partir dos programas de luta contra a pobreza locais e dos atores sociais neles envolvidos.

Ao longo dos anos foram vários os projetos que vingaram no mundo empresarial através do apoio do Microcrédito. Só se criam projetos quando se deixa experimentar, isto é, quando se suscita e permite o desenvolvimento da iniciativa. No território são as pessoas que, ao criar, propagar e cruzar raízes o tornam denso e, por isso sustentável. Existe a possibilidade de insucesso, mas por outro lado, remete-nos para a noção de oportunidade. Citando a ANDC, os fatores mais relevantes do sucesso das iniciativas empresariais dividem-se entre fatores internos e fatores externos.

Os fatores internos caracterizam-se pelos aspetos intrinsecamente associados ao negócio, quer por via das características do produto ou serviço proposto, quer por se constituírem como parte do perfil do empreendedor, que compreende os seus conhecimentos, capacidades e atitudes.

Fatores internos relevantes:

- ✓ Características e preço do produto/serviço em função das necessidades do consumidor e do mercado;
- ✓ Elementos diferenciadores do produto/serviço face à oferta da concorrência;
- ✓ Promoção/divulgação do produto/serviço;
- ✓ Localização, funcionalidade e atratividade do ponto de venda;
- ✓ Experiência no ramo/área de negócio;
- ✓ Formação profissional na área de negócio;
- ✓ Motivação e capacidade de iniciativa;

- ✓ Capacidade de aprender com os erros e experiência passada.

Os fatores externos, em que incluímos todos os fatores fora do controlo direto do empreendedor e capazes de influenciar o negócio, percebemos que qualquer elemento poderão facilitar ou desincentivar a iniciativa empresarial, pela sua presença/ausência ou adequação à situação específica.

Fatores externos relevantes:

- ✓ Condições económicas /de mercado (consumo, fornecimento, concorrência);
- ✓ Acessibilidade aos recursos identificados como relevantes;
- ✓ Elementos relativos ao enquadramento legal e aspetos administrativos do negócio;
- ✓ Incentivos e apoios específicos destinados ao negócio;
- ✓ Rede de apoio familiar/social;
- ✓ Cultura de empreendedorismo.

## **Capítulo III - Metodología**

Inicialmente o projeto de investigação foi concebido como um estudo do tipo caso-controlo. O objetivo era identificar os fatores de insucesso do microcrédito. Para isso pretendíamos fazer uma análise prévia da literatura e realizar entrevistas exploratórias com informadores-chave que nos permitisse definir as hipóteses de estudo. Findo esse processo, ou seja com as hipóteses definidas, iríamos procurar escalas adequadas para medir as variáveis independentes identificadas como potencialmente causadoras do insucesso. A nossa variável dependente seria o “sucesso da microiniciativa” e seria medida nos seguintes termos:

✓ se a fim de 5 anos a empresa/negócio continuasse a laborar sob a responsabilidade do microempresário que a criou, considerávamos que a iniciativa foi bem-sucedida – “sucesso”.

✓ se a fim de 5 anos a empresa/negócio tivesse deixado de laborar, fosse qual fosse o motivo e a forma – falência, dissolução, consideraríamos que a iniciativa foi mal sucedida – “insucesso”.

Para aplicar a metodologia caso-controlo iríamos procurar entre 20 a 30 casos de “insucesso”, distribuídos por conveniência por distrito, idade, sexo e habilitações literárias. Estes 20 a 30 casos de “insucesso” seriam depois emparelhados com 80 a 120 casos de sucesso. Sabíamos que estávamos a ser ambiciosos mas acreditávamos que lutando pelas coisas haveríamos de conseguir pois o contributo esperado para a sociedade em geral e para os programas de microcrédito em particular era bastante estimulante.

O nosso primeiro momento de frustração veio quando procuramos obter uma base de dados minimamente estruturada com informação de contacto dos microempresários. Na verdade não existia essa base de dados, apenas se vislumbrava essa perspetiva no futuro pois a ANDC estava a desenvolver um trabalho nesse sentido. Fizemos várias tentativas mas acabamos por desistir pois inclusivamente colocava-se o problema de o nosso trabalho colidir com os objetivos do trabalho que estava a ser desenvolvido pela ANDC.

Tivemos então de redefinir todo o nosso trabalho e abandonar o estudo das causas de insucesso. Invertemos então a perspetiva original e pensamos na questão de investigação pela positiva:

“Como melhorar a taxa de sucesso dos programas de microcrédito?”

## 3.1 - Objetivo

Em face desta nova questão de investigação e apesar de sabermos que o sucesso/insucesso numa iniciativa empresarial é um fenómeno multidimensional, com causas variáveis, interativas, dinâmica e mutáveis, definimos como objetivo orientador deste trabalho:

Identificar os fatores que mais contribuem para o sucesso das iniciativas de microcrédito.

## 3.2 - Opções metodológicas

As dificuldades de concretização do nosso projeto de investigação alertou-nos para o facto de as opções metodológicas terem de resultar de um compromisso entre o desejável e o possível. Assim, sabendo que o microcrédito é um tema que tem sido academicamente ignorado e que não existem bases de dados disponíveis, optamos por explorar o saber da experiência recorrendo à técnica dos informadores-chave. O informante-chave é uma pessoa em contacto com o problema em estudo, que tem uma compreensão global e estrutura do fenómeno em estudo e, por isso, é considerado um especialista, um perito. No panorama nacional havia duas pessoas com esse perfil: o Presidente da ANDC e o presidente da CASES. Em ambos os casos foram feitas entrevistas com perguntas abertas. Uma das entrevistas foi gravada, nomeadamente com o Doutor António Curto e a outra foi basicamente concretizada com respostas a questões colocadas num correio eletrónico. Foram conduzidas com base num guião (semiestruturadas). Depois de dactilografar as entrevistas procedemos à análise de conteúdo das mesmas.

No sentido de proporcionar a triangulação de dados qualitativos, fizemos também entrevistas com microempresários de “sucesso”, procurando junto destes testemunhos privilegiados as suas perceções sobre o que fez a diferença, ou seja, o que mais contribuiu para o sucesso das suas iniciativas empresariais. Os dados assim recolhidos foram igualmente sujeitos à análise e conteúdo.

Finalmente, cruzamos toda a informação, procurando identificar os pontos de convergência. Por limitações de tempo não foi possível avançar para a busca do consenso.

## 3.3 - Recolha de dados

As entrevistas foram realizadas no mês de Julho e Setembro com o Dr. António Curto e com o Dr. José Centeio, respetivamente. Num dos casos a entrevista decorreu nas instalações do entrevistado, e no outro caso foi através de questões feitas e respondidas por correio eletrónico devido a uma alteração na data da entrevista onde, era impossível, ao Dr. José Centeio comparecer e devido à escassez de tempo optamos por esta solução.

A duração da primeira foi de aproximadamente 40 minutos, e a duração da segunda não foi possível determinar o tempo.

A realização da entrevista foi antecedida por troca de e-mails, conforme anexo na página 20 e seguintes do Apêndice.

Os microempresários foram inquiridos por questionários, com perguntas fechadas e abertas. Os questionários foram recolhidos entre os meses Julho a Setembro, dos 30 microempresários contactados apenas 3 acederam a participar no estudo e em alguns casos foi necessária uma grande insistência da nossa parte.

# Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados

*“O pensamento é o ensaio da ação.”*  
Sigmund Freud

## 4.1. - Entrevistas com informadores chave

Tive a oportunidade de realizar uma entrevista com o Secretario Geral Dr. José Centeio onde verificamos a evolução e os fatores mais relevantes que compõem o Microcrédito.

Vindo da área das ciências exatas, mais concretamente a área da física, o Dr. José Centeio teve um percurso profissional basicamente por associações e iniciativas de intervenção social, atuado sempre na organização e gestão das mesmas. Entrou para a equipa da ANDC tinha ela pouco mais de um ano e como o próprio cita *“O grande desafio, e o que mais me aliciou, foi, por um lado, perceber que estava a ajudar a construir algo de útil e, por outro lado, que estaria a participar num projeto inovador e que poderia ser importante sobretudo para as populações mais excluídas. Um desafio que já dura há quase 15 anos.”*

A implementação do Microcrédito em Portugal teve uma evolução muito positiva devido a uma maior sensibilização da sociedade e de determinadas entidades, de uma certa pedagogia do empreendedorismo junto de populações mais fragilizadas, de uma maior visibilidade do microcrédito, nomeadamente nos meios de comunicação, e o aparecimento de outros operadores nesta área e pode-se dizer que ficou marcada em três fases *“a primeira vai até ao ano de 2005. Foi o Ano Internacional do Microcrédito por iniciativa do então Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Em Portugal, e apesar de se tratar de uma iniciativa das Nações Unidas, não fora a ANDC e o evento teria passado completamente despercebido. Foram várias as iniciativas que desenvolvemos ao longo desse ano, o que permitiu que a comunicação social começasse a dar mais atenção a essa realidade e também as próprias instituições financeiras. É a partir desse ano que vários bancos se mostram interessados em estabelecer protocolo com a ANDC, quando em 1998 apenas o Millennium (na altura através da Nova Rede) se tenha interessado. A segunda fase aparece logo no ano seguinte (2006), quando o Prof. Muhammad Yunus e o GrameenBank são laureados com o Prémio Nobel da Paz. A partir daí todos os olhos se começaram a centrar no microcrédito. E, ao contrário do que muitos comentadores na altura disseram e escreveram, foi importante e não foi menos prestigiante ter sido o Prémio Nobel da Paz e não o de Economia, já que essa atribuição veio chamar a atenção para o facto de não existir Paz sem inclusão, ou seja, sem desenvolvimento económico em*

*que todos sejam atores, seja na produção de riqueza, seja na sua redistribuição. A terceira fase, embora esta seja uma opinião muito pessoal, pode situar-se com a publicação da Portaria 985/2009, que cria o Microinvest e que, mais tarde, com a reestruturação do Instituto António Sérgio e a consequente criação da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), dará origem ao Programa Nacional de Microcrédito. A partir daí foi publicada alguma legislação (DL 12/2010; Portaria 1315/2010; Portaria 59/2011), a qual teve sobretudo a ver com a criação e definição das Sociedades Financeiras de Microcrédito.”*

Outro informador-chave que tive a oportunidade de entrevistar foi o Dr. António Curto, atualmente Chefe do Departamento de Microcrédito e Investimento da CASES, onde verificamos a evolução e os fatores mais relevantes que compõem o Microcrédito.

Formado em Economia esteve sempre ligado a Instituições Bancárias na sua atividade profissional e numa dessas passagens foi aliciado com a proposta para a criação de uma organização autossustentável na área do Microcrédito, como já tinha estado envolvido “ através do Millennium com o projeto ANDC, o próprio Millennium desafiou-me a criar uma rede de microcrédito[...].”, desafio ao qual aceitou “e, a rede Millennium BCP de microcrédito foi uma rede que criei [...] e foi o princípio base para o processo ser autossustentável.”

O Dr. António Curto também partilha da opinião que o Microcrédito “não tem tido uma evolução significativa. O microcrédito agora tem tido valores residuais. A própria Europa reconhece que há muito a fazer na área do microcrédito.”

Para uma melhor compreensão dos pontos coincidentes entre os informadores, apresentamos de seguida uma tabela comparativa:

<b>Representante da ANDC / Representante da CASE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O microcrédito destina-se a pessoas que se encontram em situação de exclusão social e que não tem acesso ao crédito bancário convencional;</li> <li>✓ O impacto do microcrédito incide em duas vertentes: as sociais e económicas, estas correlacionam-se;</li> <li>✓ O acompanhamento que as associações prestam ao longo do projeto é muito importante, apesar de existir muito trabalho a fazer nas fases de acompanhamento;</li> <li>✓ O microcrédito não consegue ganhar escala. Ainda existe muito a melhorar para</li> </ul>

captar mais empreendedores;

✓ As pessoas optam por negócios que tem retorno e rentabilidade quase imediato e por isso os negócios que mais procuram o microcrédito são os de pequeno comércio e dos pequenos serviços;

✓ As condições globais e os meios devem ser melhorados para que o programa do microcrédito possa melhorar.

**Tabela 3 Fatores concordantes dos entrevistadores chave**

Da análise de conteúdo das entrevistas ressaltam dois grandes grupos de fatores indutores do sucesso nas iniciativas empresariais apoiadas pelo microcrédito: os de ordem pessoal e os de ordem empresarial.

Relativamente ao primeiro grupo destacam-se:

✓ A pessoa ter a força suficiente para não desistir em momentos de maior dificuldade (ter “garra”);

✓ Ter à sua volta um ambiente – familiar e/ou amigos – que acredite nela e no projeto e que possa ser um apoio e incentivo a lutar pelo que pretende;

✓ Ter o projeto suficientemente amadurecido e ter a capacidade de o integrar no seu projeto de vida. Que o projeto não seja apenas uma escapatória para resolver uma situação pontual mais complicada, mas que seja uma aposta no futuro;

✓ Possuir a humildade suficiente para reconhecer as suas limitações, necessidades e uma grande disponibilidade para aprender;

✓ Ter a flexibilidade suficiente para ir adaptando o seu negócio às necessidades dos clientes;

✓ Ter algum sentido de organização e bom relacionamento com os parceiros (fornecedores, clientes, instituições bancárias).

Dentro dos fatores de ordem empresarial, ou seja, que estão associados à viabilidade técnica-económica do projeto, destacam-se os seguintes:

✓ Adequado às competências e saber-fazer de quem o promove;

✓ Ter viabilidade e sustentabilidade, tendo em conta diversos fatores: produto/serviço, local, tipo de clientes, custos inerentes e custos fixos, potencialidades de evolução, etc...

✓ Pensado de forma evolutiva, passo a passo, e ir testando cada uma das etapas.

Concluindo o microcrédito é uma ferramenta que veio contribuir para o fim da exclusão social mas ao longo dos tempos outras necessidades evidenciam-se e deve haver melhorias no Programa, mas não dependem apenas dos próprios operadores, mas também das condições que forem criadas, nomeadamente do enquadramento legal de apoio a este tipo de negócios e a quem o promove.

No entanto, a ideia da falta de acompanhamento ajustada às necessidades específicas dos microempresários com um dos grandes fatores de insucesso, e que foi evidenciada pelo Dr. António Curto, da CASES, nos seguintes termos: “ *infelizmente, não temos ainda, não temos condições para o fazer. Pode ser que haja noutras áreas. Fundamentalmente aquilo que eu sinto é que as coisas nunca são tão fáceis como à partida as pessoas preveem. Mesmo que admitam que são difíceis muitas vezes o nível de stress, o nível de angústia que a situação empresarial gera obriga que as pessoas tentem algum apoio e de facto esse apoio não têm. As pessoas não têm instituições que tratem os problemas deles, não têm um serviço fiscal que os apoie. Ninguém os incentiva a continuar, a encontrar soluções, etc. portanto, criar uma empresa e fazê-la prosperar é mais difícil do que parece*”. O mercado é uma explicação e, de facto, é a explicação para a maior parte dos casos, tem estado manifestamente recessivo, é preciso estar numa luta permanente para ganhar quota e ganhar espaço para a empresa prosperar e, mesmo assim, estando nessa posição, o mercado tende para ser agressivo e muitas vezes não se consegue.

Portanto, é difícil ter uma relação causa-efeito direta, o que acontece é que umas pessoas desmobilizam o projeto e tentam sair o melhor possível, umas vezes ficando em incumprimento, outras criando compromissos graves que não podem cumprir e ficam em situação irregular perante a segurança social, o fisco, etc.

Concluindo, a falta de emprego em Portugal é uma causa indiscutível para que as pessoas tentem a realização de um projeto citando as palavras do Dr. António Curto “ *gostaria que houvesse mais jovens a procurar o seu autoemprego. Neste momento, os jovens têm duas alternativas: uma é emigrar, a outra é estarem desempregados. Os níveis de desemprego são elevadíssimos e o nível de emigração também é elevadíssimo. Portanto, infelizmente a alternativa de criar o seu próprio trabalho é algo que nós aqui recebemos de braços abertos e com o maior carinho e maior atenção, mas mesmo assim, infelizmente, são escassos.*”

Tal como já explicado anteriormente não foi possível investigar as causas do problema, ou seja, porque é que há insucesso nas iniciativas empresariais apoiadas pelo microcrédito? A dificuldade, que acabou por se revelar uma impossibilidade, em conseguir a participação de microempresários “sem sucesso”, obrigou-nos a reformular a questão nos seguintes termos:

Quais os fatores que contribuem positiva e decisivamente para o sucesso das iniciativas empresariais apoiadas pelo microcrédito?

Após esta primeira fase exploratória do nosso trabalho, e baseados na revisão de literatura e na análise de conteúdo das entrevistas, julgamos haver fundamento para formular as seguintes hipóteses:

**H1:** Quanto mais acompanhamento institucional do microempresário, maior a probabilidade de sucesso a iniciativa empresarial.

**H2:** Quanto mais inovadora e diferenciadora for a ideia de negócio, maior a probabilidade de sucesso a iniciativa empresarial.

**H3:** Quanto maior a possibilidade de melhoria das condições de vida pessoais, maior a probabilidade de sucesso a iniciativa empresarial.

Para testar as nossas hipóteses, procuramos obter os contactos dos microempresários junto da ANDC e da CASES. Não obstante esses dados não foram fornecidos porque a informação estava dispersa. Além disso, no caso da ANDC, havia um trabalho em curso com objetivos idênticos que poderia colidir com o nosso trabalho (ver troca de correio eletrónico). Na impossibilidade de testar estatisticamente esta hipóteses, procuramos explorar a sua consistência e fundamento com a análise qualitativa de 3 casos de sucesso.

## 4.2. - Entrevistas com Microempresários

Segue a análise de 3 testemunhos de microempresários “bem-sucedidos”, recolhidos através de entrevista:

### Caso I: Microempresário: Fátima Garcia. Empresa: Mãos à Dobra

Uma empresa criada em 2011, sediada em Lisboa com um sentido inovador e único em Portugal na área do Origami. Fundada por uma desempregada de 28 anos, licenciada.

A empresa vigora até hoje com o mesmo sentido de originalidade atraindo clientes fiéis, apesar da atual conjuntura económica esta empresa vigora no mercado com um grande otimismo. A escolha pelo Microcrédito surgiu, segundo Fátima Garcia, *porque... “sempre ouvi falar bem e porque o valor de juros do empréstimo que iria pagar era muito menor do que a oferta de qualquer banco. Além disso temos acompanhamento desde o início.”*

O microcrédito definitivamente ajudou a melhorar a qualidade de vida da Empresaria e *“de facto o negócio tem evoluído de forma positiva mas como todos os negócios há meses melhores e meses piores. No entanto, sendo a evolução positiva aguardo que a tendência continue em alta. Para já estou satisfeita para além de fazer o que realmente gosto!”*

*“A minha experiência com o microcrédito foi rápida e ajudou bastante no arranque daquilo que é o início de um negócio por dois motivos principais: Primeiro, como temos de apresentar um projeto obriga-nos a pensar em todos os passos e problemáticas do negócio que pensamos implementar (memória descritiva do negócio); Segundo, podermos pedir um empréstimo com um valor muito reduzido de juros e com isenção de pagamento nos primeiros dois meses de arranque da atividade. Estes são motivos importantes que nos dão alguma confiança e conforto na aventura que é abrirmos um negócio e arriscarmos no que realmente gostamos de fazer.”*

### Caso 2: Microempresário: Bruno Santos. Empresa: Cordelima

Sediada em Viana do Castelo e fundada por Bruno Santos a empresa Cordelima opera na área da Informática e o principal cliente são as empresas, é um produto que atrai a comunidade empresarial. Até ao ano de 2011 funcionava a recibos verdes mas rapidamente, em 2012, a empresa foi constituída, já com mais equipamentos, um colaborador e muitas ideias inovadoras, dispondo de equipamentos e aplicações interativas multitoque, impressão digital com equipamentos próprios e uma grande vontade de mostrar toda a qualidade e eficácia ao mercado português, mas com a ascensão a novos mercados internacionais como Brasil e Espanha.

Segundo o Senhor Bruno os fatores que o levaram a candidatar-se ao apoio do Microcrédito foram: *“não precisar ter uma empresa criada, o apoio e acompanhamento prestado pela ANDC e a taxa de juro atrativa”*.

O apoio financeiro do Microcrédito ajudou na aquisição de um computador novo e de *software*, melhorando o trabalho de *design* e impressão, refletindo na redução do tempo de entrega de trabalhos ao cliente final, *“isso tudo não seria possível, sem a equipa do Microcrédito não acreditasse no projeto Cordelima”* (Bruno).

### Caso 3: Microempresário: Rita Leal. Empresa: FAL – Formação, Avaliação & Liderança – Serviços de Formação Profissional

Sediada no Porto, em 2012, a FAL uma empresa que presta serviços de formação pretende *“aproximar as práticas educativas da investigação e construir dinâmicas de interação, compreendendo a avaliação como um processo de procura de significados que nos leva à melhoria da qualidade da educação”*.

Fundada por Rita Leal, doutorada em Didática e Formação com especialização em Avaliação pela Universidade de Aveiro, conta agora com mais um colaborador.

A principal motivação para recorrer ao Microcrédito foi a possibilidade de criar o próprio emprego uma vez que se encontrava desempregada e sem subsídio de desemprego. Este apoio serviu para equipar e instalar o negócio e atualmente, esta a desenvolver-se também em Angola, através de formações.

O fator que levou a empresa a evoluir foi a qualidade e inovação no produto final, na *“formação de qualidade com grupos restritos de pessoas, respondendo às reais necessidades”*.

Este novo projeto veio melhorar as condições de vida de Rita, apesar de ainda não ter obtido, ainda, o resultado satisfatório em termos económicos, *“não tanto em termos económicos (por enquanto) mas mais em termos pessoais”*.

Os testemunhos mostram que é possível criar um negócio, mudar de vida e ser autossustentável na sociedade que vivemos hoje. Explorando diferentes tipos de negócios e com o apoio incondicional da ação ativa da ANDC estes empresários viram a esperança para a realização de um sonho e de uma melhoria na qualidade de vida.

Analisando estes três casos de sucesso de microcrédito verificamos que os negócios são em diferentes áreas e que foram crescendo superando/concretizando as expectativas dos microempresários. Os traços comuns nestes três microempresários e principal impulsionador para a criação do seu negócio foi o facto de no momento se encontrarem desempregados e devido a conjuntura económica que viviam resolveram arriscar num projeto que lhes pudesse assegurar melhores condições de vida.

Pude verificar ao longo das entrevistas que, em ambos os casos, estão satisfeitos com a evolução do negócio e mais importante conseguiram desta maneira melhorar as condições de vida. No fundo encaram o Microcrédito como uma oportunidade para a realização de um projeto antigo para conseguirem de alguma forma contribuir para a evolução do país e para a própria realização profissional.

O que se procura nos empreendedores são estas características inovadoras e a capacidade de lutar por mais e melhores condições de vida ajudando assim a sociedade a ser mais independente e os próprios microempresários também o sejam.

# Capítulo V – Conclusão

*“A vida não é encontrar a si mesmo. A vida é criar a si mesmo.”*

George Bernard Shaw

A realização deste trabalho permitiu aprofundar os conhecimentos na área em estudo e proporcionou-nos uma experiência enriquecedora para a vida profissional futura, onde foi possível conhecer e interagir com pessoas do meio e comprovar a realidade social e empreendedora que nos inserimos hoje em dia.

O que retemos deste estudo resume-se classificando o Microcrédito de um instrumento de promoção da iniciativa e do empreendedorismo de pessoas que, vivem em situação de exclusão ou pré-exclusão social, não tendo acesso ao crédito normal do sistema financeiro, demonstrando capacidade de desenvolver um negócio bem-sucedido.

Contrariamente ao que se poderá esperar o essencial não é o crédito mas, antes, as pessoas e a atitude que cada uma delas assume perante um novo negócio. No microcrédito, o crédito é, apenas, um instrumento de promoção do negócio tornando-se um instrumento muito eficiente.

O sucesso das iniciativas empresariais resume-se em aproveitar bem os recursos disponíveis e na capacidade empreendedora de cada um.

O segredo de ser-se bem-sucedido não pode deixar de ser o de acreditar nas pessoas que estão no local e no seu poder inventivo e de iniciativa, dando-lhes incentivos para que façam cada vez melhor. Só se criam ideias quando se permite experimentar, isto é, quando surge e permite o desenvolvimento da iniciativa. São as pessoas que, ao criar, propagar e cruzar raízes tornam a ideia densa e, por isso sustentável. Dai o acompanhamento institucional e a inovação serem as bases para o sucesso de um negócio apoiado pelo Microcrédito, não deixando de parte a capacidade empreendedora do indivíduo.

Ao longo do meu estudo apercebi-me que o Microcrédito é uma ferramenta que torna a sociedade mais inclusiva e mais competitiva, tornando as pessoas mais criativas e com mais autonomia económica. Em Portugal, a grande impulsionadora deste programa foi a ANDC que ao longo dos tempos tem sido incansável na promoção do Microcrédito desenvolvendo iniciativas e acrescentando cada vez mais valor ao projeto – Microcrédito.

Ao entrevistar, tantos os microempresários como as Instituições que estão envolvidas neste projeto, nomeadamente ANDC e CASES, apercebi-me que o objetivo é comum na medida em que ambos contribuem para a evolução da sociedade. Isto porque os microempresários pretendem adquirir uma melhor qualidade de vida e ser autossustentáveis e as Instituições pretendem conseguir a realização de uma ideia criativa

dando oportunidade as pessoas de criarem condições para terem uma melhor qualidade de vida.

Constatamos que as hipóteses equacionadas foram comprovadas, apesar de serem escassos os casos de sucesso em estudo.

A ideia inicial era a realização de um Estudo de caso-controlo, como é evidenciado no capítulo III, mas por grandes limitações ao longo do mesmo foi impossível fazê-lo, no entanto numa prospeção de futuro e por o tema, academicamente, ainda não ter sido muito explorado era interessante a realização do mesmo.

O microcrédito é claramente um instrumento que veio dar possibilidade as pessoas mais “esquecidas” da sociedade para realizarem um projeto e vem, claramente, combater a pobreza e a exclusão social tornando os intervenientes mais autossuficientes.

*“Todos podem ser empreendedores”* Muhammad Yunus

# **Referências Bibliográficas**

Acordo,2006 -[http://www.sg.msss.pt/preview\\_documentos.asp?r=747&m=PDF](http://www.sg.msss.pt/preview_documentos.asp?r=747&m=PDF) consultado em Dezembro2013

Afonso, J. S. (2010), *Microcrédito e Território - Portugal como Estudo de Caso*, tese de Mestrado, Faculdade de Economia do Porto.

Aldous Huxley - <http://pensador.uol.com.br/pensamento/>Consultado em Setembro de 2014

Alexandre Coutinho e Paula Carvalhosa – Dissertação de Mestrado de Lina Dias Lima, 2011.<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1992/1/Diss.Mestrado%20Lina%20Lima.pdf>

Alves, M. B. (2007), “O microcrédito anda na boca de toda a gente, mas não basta”, artigo da Revista Dirigir. Consultado em Dezembro de 2013

Alves, Manuel B. (2006),” O microcrédito: mais uma panaceia?,” Revista Portuguesa de Estudos Regionais, nº13.

Ahmed, Mohamed.(2009) ”Microcrédito como instrumento de inclusão económica e social”, Principia, p. 159-165

André, I. & A. Abreu (2006), “Dimensões e Espaços da Inovação Social”, *Finisterra*, XLI, pp.121 – 141.

Antoine de Saint-Euxupéry - <http://www.citador.pt/frases/cada-um-e-responsavel-por-todos-cada-um-e-o-unic-antoine-de-saintexupery-941> Consultado em Dezembro 2013.

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2013), “[www.microcredito.com.pt/](http://www.microcredito.com.pt/)” consultado em Dezembro 2013

Barone, Francisco Marcelo, Dantas, Valdi, Lima, Paulo Fernando, Rezende, Valéria. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

Ballet, J. (1997).Les entreprises d'insertion. Paris: PUF.

Ballet, J. & Bry, F. de (2001).L'entreprise et l'éthique. Paris: Le Seuil “Points”.

Baumol, W. J. (1990). Entrepreneurship: Productive, Unproductive, and Destructive. *Journal of Political Economy* , 98 (5), 893-921.

Baumol, W. J. (2002). The Free-Market Innovation Machine: Analyzing the Growth Miracle. Princeton University Press.

Bosma, N, & Schutjens, V. (2009a). Mapping Entrepreneurial Activity and Entrepreneurial Attitudes in European Regions International Journal of Entrepreneurship and Small Business, 7 (2), 191-213.

Bourdieu, Pierre. (2001). As estruturas sociais da economia. Lisboa: Instituto Piaget.

Caeiro, J. M. C. (2008). Economia Social: Conceitos, Fundamentos e Tipologia. Revista Catálises, 11 (1), 61-72.

Candoso, M. (2006). Portugal é “bom aluno” na responsabilidade social, Diário de Notícias, 21 Março 2006.

Carlos Cabral (2002) <http://diariodoeconomista.blogspot.pt/p/responsabilidade-social.html>  
Consultado em julho de 2007

Carree, M. A., & Thurik, A. R. (1996). Entry and Exit in Retailing: Incentives, Barriers, Displacement and Replacement. Review of Industrial Organization , 11 (2), 155-172.

Carree, M. A., & Thurik, A. R. (1999). Industrial Structure and Economic Growth. In D. B. Audretsch, & A. R. Thurik (Edits.), Innovation, Industry Evolution and Employment (pp. 86-110). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Carree, M. A., Van Stel, A., Thurik, A. R., & Wennekers, S. A. (2002). Economic Development and Business Ownership: An Analysis Using Data of 23 OECD Countries in the Period 1976-1996. Small Business Economics, 19, 271-290.

Centeio, J. (2008), “Apontamentos para a História do Microcrédito em Portugal”, in Retratos, 10 Anos de Microcrédito em Portugal, pp. 136 – 141.

Centeio, J. (2008), Microcrédito: o papel na responsabilidade social, Câmara de Comércio e Indústria Luso Francesa.

Comissão Europeia (2001). Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, COM (2001). Bruxelas 18.7.2001, <http://www.enterpriseuropenetwork.pt/info/RSO/Documents/Livro%20Verde-Promover%20um%20Quadro%20Europeu%20de%20Responsabilidade%20Social%20para%20as%20Empresas.pdf> – consultado em Julho 2014

Comissão Europeia (2002). Comunicação da Comissão Europeia relativa à responsabilidade social das empresas: “Um contributo das empresas para o

desenvolvimento sustentável”, Bruxelas, Comissão Europeia.

[http://www.voluntariado.pt/preview\\_documentos.asp?r=154&m=PDF](http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=154&m=PDF) consultado em Julho 2014

Comissão Europeia (2002). PME em Foco -Principais resultados do Observatório das PME Europeias 2002. Publicações –DG Empresa. Comissão Europeia.

Decreto Lei nº130/XII da Lei das Bases da Economia Social de 15 de março de 2013.

Decreto Lei nº 12/2010, Diário da República, 1.ª série — N.º 35 — 19 de Fevereiro de 2010

Diário da Republica, 2ª serie nº272 de 19 de Novembro de 2004.

Drucker, P. (1964).Managing for Results. New York: Harper and Row.

Druker, Peter, F. O Advento da nova organização. Gestão do Conhecimento Harvard Business Review. Rio Janeiro: Campus, 2000.

Empreendedorismo e crescimento económico: evidências para Portugal - Doutoramento em Gestão Empresarial Aplicada – Daniela Pacheco Moura 2013 -

[https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/6574/1/Daniela%20Moura\\_dep%C3%B3sito.pdf](https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/6574/1/Daniela%20Moura_dep%C3%B3sito.pdf) – Consultado em Julho de 2014

Ferreira, S. (2009). As (re) construções estratégicas da ideia de uma economia social. Le Monde Diplomatique - Edição Portuguesa, II Série, 37

Gartner, W. B. (1988). Who Is An Entrepreneur? Is the Wrong Question. American Journal of Small Business , 12 (4), 11-32.

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/nobel-da-paz-atribuido-a-muhammad-yunus-e-ao-banco-grameen-1273234> Consultado em Dezembro de 2013

[http://www.scml.pt/ptPT/perguntas\\_frequentes/empreendedorismo\\_e\\_economia\\_social/](http://www.scml.pt/ptPT/perguntas_frequentes/empreendedorismo_e_economia_social/) - Consultado em Julho de 2014.

Jorge, G. (2000). O mercado social de emprego em Portugal: caminhos percorridos na promoção do emprego e no reforço da cidadania. Sociedade e Trabalho, 11, pp. 7-18.

Madre Teresa de Calcutá - <http://frases.globo.com/madre-tereza-de-calcuta/12641>. Consultado em Maio de 2014.

Mendes, A. (2007a), Estudo de Avaliação do Sistema de Microcrédito em Portugal, Coleção Estudos e Análises, n.º 43, Lisboa: OEFP.

Mendes, A. e Carvalho, M. S. (2007), “*Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal*”, Universidade Católica Portuguesa e Quaternária Portugal.

Microcredit Summit Campaign (2010),

“WhatIsMicrocredit”, [http://www.microcreditsummit.org/about/what\\_is\\_microcredit/](http://www.microcreditsummit.org/about/what_is_microcredit/) -

Consultado em Novembro 2013

Néri, M., & Barboza, A. L. (2006). Experimentando o microcrédito. *Conjuntura Económica*, 38-40.

Pedroso, João (1999), "Entre o passado e o presente: contributo para uma reflexão sobre a Sociologia do Direito em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52.

Portaria nº985/2009, Diário da República, 1.ª série — N.º 172 — 4 de Setembro de 2009

Portaria nº 59/2011, Diário da Republica, 1ª serie – Nº 21 de 31 de Janeiro de 2011

Portaria 1315/2010, Diário da Republica, 1ª serie – Nº250 de 28 de Dezembro de 2010

Portela, José (2009). A economia ou é solidária ou é fratricida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 115-152.

Portela, J., Hespanha, P., Nogueira, C. Teixeira, M. & Baptista, A. (2008).

Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspetivas. Lisboa: INSCOOP.

Ramos, M. C. P. (2003). *Ação Social na Área do Emprego e da Formação Profissional*. Lisboa: ed. Universidade Aberta: 384 p. (2ª ed. 2005)

Ramos, M. C. P. (2005). Economia Social, Inclusão e Responsabilidade Social

Empresarial. *Revista Investigação e Debate em Serviço Social*, n.º 15, n.º especial, Maio, Porto, pp. 133-175.

Rego, A., Cunha, M. P., Costa, N. G., Gonçalves, H. & Cabral-Cardoso, C. (2007). *Gestão ética e socialmente responsável*, Lisboa, Editora RH.

Relatório preliminar sobre a avaliação do sistema de microcrédito em Portugal – Revista TOC 97-<http://pt.calameo.com/read/0003249812f036c9f213e> . Consultado em Janeiro de 2014

Relatório elaborado pelo CIRIEC (Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative), em 2012, para o Comité Económico e Social Europeu. Consultado em Janeiro de 2014

Revista Espacios. Vol. 33 (2) 2012. Pág. 7

Santos, Filipe, INSEAD 2012 Journal of Business Ethics site: <http://www.ies.org.pt/> - consultado em Maio de 2014

Shaw, George Bernard - <http://www.portal-gestao.com/item/2486-a-import%C3%A2ncia-do-empendedorismo-no-desenvolvimento-pessoal-e-organizacional.html> consultado em Fevereiro de 2014

Shaw, George Bernard - <http://www.frasesfamosas.com.br/frases-de/george-bernard-shaw/>. Consultado em Setembro de 2014

Sengupta, R. e C. P. Aubuchon (2008), “The Microfinance Revolution: An Overview”.

Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. *Academy of Management Review*, 25 (1), 217-226.

Sigmund Freud - <http://pensador.uol.com.br/pensamento/>. Consultado em Setembro de 2014.

Social economy and social entrepreneurship - Social Europe guide, Volume 4 -written by Euricse (European Research Institute on Cooperative and Social Enterprises) and Commission Staff. The work was conducted in particular by Professor Carlo Borzaga, Gianluca Salvatori, Riccardo Bodini, and senior researcher Giulia Galera, with the precious support and contribution of Gerhard Bräunling. Publications Office of the European Union, 2013 <http://ec.europa.eu/social/-consultado> em Julho de 2014

Van Stel, A., Storey, D., & Thurik, A. R. (2007). The Effect of Business Regulations on Nascent and Young Business Entrepreneurship. *Small Business Economics*, 28 (2-3), 171-186.

Wennekers, S., & Thurik, R. (1999). Linking Entrepreneurship and Economic Growth. *Small Business Economics*, 13 (1), 27-55

Yunus, M. (2002), “*O Banqueiro do Pobres*”, Ed. Ática, .

Yunus, M. (2006), Social Business Entrepreneurs Are the Solution, presented at the *Skoll World Forum on Social Entrepreneurship*, March 29, 31, pp. 1-13.

Yunus, M. b (2008a).Disponível em [www.grameentrust.org](http://www.grameentrust.org) consultado em Dezembro 2013.

Yunus, M.. (2008). Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Editora Ática.

Zouain, D. M., & Barone, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2007, 41 (2), 369-380.

### **Sites consultados:**

ANDC – [www.microcredito.com.pt](http://www.microcredito.com.pt)

”CORDELIMA” - [www.cordelima.com](http://www.cordelima.com)

CASES – <http://www.cases.pt/>

”FAL” - <http://www.falforma.pt/>

”MÃOS À OBRA” - [www.maosadobra.com](http://www.maosadobra.com)

# Apêndices

# Entrevistas aos Representantes das Associações

## 1º . ANDC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO DIREITO AO CREDITO

**Dr. José Centeio – Secretario Geral da ANDC**

*Como questão prévia, importa esclarecer alguns pontos:*

- *A ANDC não está integrada no Plano Nacional de Microcrédito, gerido pela CASES, operando com o seu modelo próprio.*
- *Contudo, mediante acordo com o IEFP, a ANDC, além do seu modelo, começou a operar, desde o final de 2013, também no âmbito do Microinvest. Assim, a ANDC apoia as pessoas na construção e montagem do projeto e aquelas têm ainda a vantagem de usufruir do acompanhamento da ANDC.*

*Assim sendo, e de forma muito resumida, a ANDC tem como oferta o seu próprio modelo e o microinvest.*

### **1. Como se envolveu no projeto? O que o aliciou? Há quanto esta envolvido?**

*O meu envolvimento deu-se por acaso. Um dos fundadores, meu amigo e com quem já havia trabalhado em outras iniciativas, desafiou-me para a associação uma vez que procuravam alguém para o lugar de Secretário-geral. A ANDC tinha pouco mais de 1 ano e tinham feito algumas tentativas que não tinham muito corrido muito bem. Como eu tinha já uma longa experiência na gestão de associações, e uma vez que estando no início era necessário lançar as bases da organização, aceitei a proposta. O grande desafio, e o que mais me aliciou, foi, por um lado, perceber que estava a ajudar a construir algo de útil e, por outro lado, que estaria a participar num projeto inovador e que poderia ser importante sobretudo para as populações mais excluídas. Um desafio que já dura há quase 15 anos.*

### **2. Área em que se enquadra o entrevistado?**

*Eu venho da área das ciências exatas, mais concretamente da área da física, embora nunca tenha terminado o curso. A minha vida profissional passou quase por inteiro pelas associações ou iniciativas de intervenção social, sempre muito na vertente de organização e gestão o que me levou a fazer vários cursos especializados nessas áreas e, nomeadamente, nas áreas da microfinança e Economia Social.*

### **3. Na sua opinião, o projeto tem mais impacto a que nível? Social/Economico.**

*O impacto do microcrédito terá que ser visto como um todo, ou seja, na vertente social e na vertente económica embrincam uma na outra e correlacionam-se. Basta pensar que ao elevar a autoestima de uma pessoa, ao inseri-la no mercado de trabalho, ao ela tomar consciência de que é ator na produção de riqueza do País, o seu comportamento social e o relacionamento com o mundo que a rodeia transforma-se. Também é verdade*

*que há situações em que apesar do relativo insucesso do negócio, essa experiência permitiu que a pessoa mudasse a sua vida, ficasse socialmente inserida e seja mais fácil a inserção económica. Mas isso também depende da forma como as pessoas valorizam as suas experiências e têm consciência delas. A sabedoria não é consequência da experiência, mas da consciência que temos dessa mesma experiência. Por outro lado, importa não esquecer que os custos do desemprego, diretos e indiretos, sociais e económicos, são sempre superiores aos custos da inserção. E, a longo prazo, é a própria coesão social e a sustentabilidade das sociedades que está em causa.*

#### **4. Qual a classe que procura mais o Microcrédito, atualmente? Baixa, média ou alta?**

*O microcrédito é para pessoas que, devido à sua situação de exclusão social e económica, não têm acesso ao crédito bancário normal nem possuem outros meios que lhes permitam avançar com o projeto.*

#### **5. Qual a evolução, na sua opinião, do Microcrédito em Portugal?**

*Desde que o microcrédito foi introduzido em Portugal pela Associação Nacional de Microcrédito (ANDC) em 1998, houve uma evolução muito positiva no sentido de uma maior sensibilização da sociedade em geral e de determinadas entidades, de uma certa pedagogia do empreendedorismo junto de populações mais fragilizadas, de uma maior visibilidade do microcrédito, nomeadamente nos meios de comunicação, e o aparecimento de outros operadores nesta área. Podemos dividir esta evolução no nosso país em diversas fases.*

*A primeira vai até ao ano de 2005. 2005 foi o Ano Internacional do Microcrédito por iniciativa do então Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Em Portugal, e apesar de se tratar de uma iniciativa das Nações Unidas, não fora a ANDC e o evento teria passado completamente despercebido. Foram várias as iniciativas que desenvolvemos ao longo desse ano, o que permitiu que a comunicação social começasse a dar mais atenção a essa realidade e também as próprias instituições financeiras. É a partir desse ano que vários bancos se mostram interessados em estabelecer protocolo com a ANDC, quando em 1998 apenas o Millennium (na altura através da Nova Rede) se tenha interessado.*

*A segunda fase aparece logo no ano seguinte (2006), quando o Prof. Muhamad Yunus e o GrameenBank são laureados com o Prémio Nobel da Paz. A partir daí todos os olhos se começaram a centrar no microcrédito. E, ao contrário do que muitos comentadores na altura disseram e escreveram, foi importante e não foi menos prestigiante ter sido o Prémio Nobel da Paz e não o de Economia, já que essa atribuição veio chamar a atenção para o facto de não existir Paz sem inclusão, ou seja, sem desenvolvimento económico em que todos sejam atores, seja na produção de riqueza, seja na sua redistribuição.*

*A terceira fase, embora esta seja uma opinião muito pessoal, pode situar-se com a publicação da Portaria 985/2009, que cria o Microinvest e que, mais tarde, com a*

*reestruturação do Instituto António Sérgio e a consequente criação da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), dará origem ao Programa Nacional de Microcrédito. A partir daí foi publicada alguma legislação (DL 12/2010; Portaria 1315/2010; Portaria 59/2011), a qual teve sobretudo a ver com a criação e definição das Sociedades Financeiras de Microcrédito.*

*Apesar desta aparente evolução, o Microcrédito, e ao contrário do que inicialmente se imaginava, não ganhou escala e manteve-se em níveis que se podem considerar aquém das expectativas. Poder-se-ão apontar causas diversas, na minha opinião pessoal enumero aquelas que me parece merecerem destaque.*

*1. Ausência de uma política coerente no que toca ao desenvolvimento da Economia Social e Solidária, nomeadamente do microcrédito. Eis apenas alguns exemplos:*

*a. A criação da CASES, a qual deveria constituir uma verdadeira plataforma para a Economia Social e Solidária (ESS), criar dinâmicas que alavancassem o seu desenvolvimento e transformação, ser a voz das organizações, transformou-se numa oportunidade perdida ao fazer da CASES um operador;*

*b. A medida do Microinvest, centralizada inicialmente pelo Estado, desde a sua conceção à sua implementação (embora através do sistema bancário), tem revelado grandes dificuldades devido à sua desadequação à realidade. Seria importante que o próprio Estado, ao desejar os produtos dirigidos a determinados públicos, tivesse em conta a experiência de entidades como a ANDC.*

*c. A criação das Sociedades Financeiras de Microcrédito, que poderia ser uma alavanca para o desenvolvimento do microcrédito e, eventualmente da microfinança, não passaram de uma boa intenção, sobretudo devido à dificuldade de implementação para as pequenas organizações e também por se revelarem insustentáveis devido à forma como foram concebidas.*

*2. Alguma inadequação dos produtos às reais necessidades das pessoas. Por um lado, devido às regras impostas pelo Banco de Portugal no que respeita à existência de pequenos incidentes e endividamento das pessoas e, por outro lado, fruto de alguns constrangimentos iniciais para quem cria um pequeno negócio (microempresa), já que ao abrir a atividade perde os apoios que estava a receber.*

*Seria importante, por exemplo, que a pessoa tivesse direito a um tempo de experimentação, que fosse apoiada na formação à medida, que no caso de endividamento ou pequenos incidentes, existisse alguma flexibilidade no sentido da pessoa ir regularizando a sua situação sem ser penalizada.*

*Importa sublinhar que, à exceção da ANDC que publica e divulga os seus números, é extremamente difícil encontrar números referentes à atividades dos outros operadores*

*no terreno. Mesmo no que toca ao Microinvest não se sabe exatamente quantos projetos foram realmente creditados e qual a sua situação.*

## **6. Quais as principais entidades envolvidas no projeto?**

*No que se refere à ANDC, temos protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que suporta a quase totalidade da atividade e com as Instituições Financeiras (Millennium BCP, Novo Banco (BES), CGD, Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste e Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Távora e Douro) que disponibilizam o crédito a conceder aos microempresários.*

*Importa sublinhar que além destes Acordos Institucionais, temos protocolos de colaboração com várias entidades a nível local: Câmaras Municipais, associações de vários tipos, Juntas de Freguesia, Centros de Emprego, etc...*

*Para além dos Protocolos ditos operacionais, a ANDC tem o apoio, em regime de pro-bono, de várias empresas que nos prestam apoio em diversas áreas, nomeadamente jurídica e de consultadoria.*

*Importa ainda sublinhar o trabalho desenvolvido por mais de uma meia-centena de voluntários que regularmente colaboram com a ANDC.*

## **7. Na sua opinião o funcionamento do programa atual é eficaz?**

*Pelas razões que já aponte no final da questão 5, parece-me que o programa de microcrédito não tem a eficácia que se desejaria. Contudo, importa não esquecer que no que se refere às pessoas apoiadas o programa é eficaz, já que a grande maioria consegue alterar o rumo da sua vida e melhorar as suas condições graças ao apoio do microcrédito. O grande problema é que não consegue ganhar escala.*

## **8. Divulgação do programa? Os métodos utilizados? São eficazes?**

*A ANDC utiliza simultaneamente vários canais de divulgação, entre os quais se destaca:*

- ✓ Meios de comunicação (jornais, televisão, rádios) quando surge a oportunidade. Ultimamente temos reforçado a colaboração com os meios de comunicação regionais, nomeadamente na divulgação de iniciativas. Estamos também a fazer a experiência de uma rubrica semanal numa rádio da zona de Lisboa e no Algarve.*
- ✓ Sessões de divulgação juntamente com os nossos parceiros locais.*
- ✓ Folhetos*
- ✓ Envio do Boletim (4 números/ano) e do Flash, o qual é distribuído via correio eletrónico quando existem notícias relevantes.*
- ✓ Site e Facebook*
- ✓ Realização de eventos, nomeadamente conferências, tal como aconteceu em Dezembro de 2013.*

*Atualmente, a ANDC tem uma pessoa a meio tempo responsável especificamente pela área da comunicação.*

## 9. O acompanhamento do programa, as fases de análises, na sua opinião, estão a ser bem-sucedidas?

No que diz respeito ao Microcrédito promovido pela ANDC, os processos foram testados ao longo destes 15 anos, foram sendo introduzidos os ajustamentos necessários, melhorando alguns aspetos e, por isso mesmo, pode-se afirmar que se trata de um modelo de sucesso.



(ver:

[http://microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_ANDC\\_Institucional\\_Julho2014\\_nim0ngamzz.pdf](http://microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_ANDC_Institucional_Julho2014_nim0ngamzz.pdf) )

## 9. Na sua opinião, quais os fatores de sucesso/insucesso nas iniciativas empresariais?

No que toca aos fatores de sucesso dividi-los-ia em duas vertentes, pessoal e projeto, já que são os dois vetores que fundamentam a análise da ANDC.

### Pessoais:

- ✓ A pessoa ter a força suficiente para não desistir em momentos de maior dificuldade (ter «garra»);
- ✓ Ter à sua volta um ambiente – familiar e/ou amigos – que acredite nela e no projeto e que possa ser um apoio e incentivo a lutar pelo que pretende;
- ✓ Ter o projeto suficientemente amadurecido e ter a capacidade de o integrar no seu projeto de vida. Que o projeto não seja apenas uma escapatória para resolver uma situação pontual mais complicada, mas que seja uma aposta no futuro;
- ✓ Possuir a humildade suficiente para reconhecer as suas limitações, necessidades e uma grande disponibilidade para aprender;
- ✓ Ter a flexibilidade suficiente para ir adaptando o seu negócio às necessidades dos clientes;
- ✓ Ter algum sentido de organização e bom relacionamento com os parceiros (fornecedores, clientes, instituições bancárias...).

### Projeto:

- ✓ Adequado às competências e saber-fazer de quem o promove;

- ✓ *Ter viabilidade e sustentabilidade, tendo em conta diversos fatores: produto/serviço, local, tipo de clientes, custos inerentes e custos fixos, potencialidades de evolução, etc...*
- ✓ *Pensado de forma evolutiva, passo a passo, e ir testando cada uma das etapas.*

*Embora importante, não referi a questão da formação ou nível de qualificação dos microempresários. Esta é uma questão importante, mas, na minha opinião, não crucial no início de um pequeno projeto. Contudo, em determinado estágio da evolução do projeto, as pessoas que tenham um nível de qualificação mais elevado terão mais probabilidades de ser bem-sucedidas no salto que pretendam dar. Dou um exemplo: alguém sem um grande nível de qualificação pode gerir, sem problemas, um pequeno café com meia-dúzia de mesas, mas terá muitas dificuldades em gerir um restaurante com 100 mesas. Isto não significa que não seja capaz, mas terá maiores dificuldades. Pessoalmente defendo que o acompanhamento pode – e deve – ser um instrumento de formação á medida, ou seja, ir transmitindo à pessoa alguns conhecimentos e forma de organização que vão ao encontro das suas necessidades e que a pessoa reconheça a sua utilidade e vantagem, o que nem sempre acontece em formação em sala de aula.*

#### **10. Qual o tipo de negócio mais rentável ou mais procurado para as iniciativas do microcrédito?**

*Como é natural, as pessoas optam por negócios que tenham um retorno quase imediato, já que tratando-se de pequenos negócios e de pequenos empréstimos, não têm fundos de tesouraria disponíveis que lhes permita optar por negócios cuja rentabilidade seria mais morosa e tardia. Assim, o pequeno comércio e os pequenos serviços são os negócios mais atrativos tendo em conta as condicionantes.*

#### **11. Na ANDC qual a taxa de aprovação dos projetos?**

*Na verdade, tal como pode ver nos dados do 1º Semestre de 2014 ([http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41\\_ANDC\\_primeiroSemestre\\_s\\_tdptgbcqg.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41_ANDC_primeiroSemestre_s_tdptgbcqg.pdf)), o rácio de concretização dos projetos face ao número recebido é bastante baixo (em 2013 esta taxa de conversão foi apenas de 6,8%). Importa sublinhar que esta taxa de conversão considera como candidaturas as pessoas que contactam a ANDC e que são aceites após uma primeira triagem. Na verdade, uma grande parte não passará á fase de análise devido a incidentes bancários ativos, responsabilidades financeiras elevadas (um pequeno negócio dificilmente pode gerar receitas que possam cobrir os encargos já assumidos, acrescidos dos derivados do microcrédito), não conseguem encontrar fiador para 20% do empréstimo ou simplesmente adiam a sua decisão. Na fase seguinte Um dos nossos objetivos é melhorar essa taxa de conversão, mas esse é um desiderato que não depende apenas da qualidade do trabalho dos Técnicos da ANDC.*

#### **12. Acha que deve haver melhorias no Programa?**

*É evidente que deve haver melhorias, mas essas dependem não apenas dos próprios operadores, mas também das condições que forem criadas, nomeadamente do*

*enquadramento legal de apoio a este tipo de negócios e a quem o promove. Não me refiro ao Programa Nacional de Microcrédito, por me parecer ser este um tema complexo e por não se saber exatamente ao que corresponde. Deixo apenas uma pergunta: como se pode delinear um Programa Nacional de Microcrédito sem a participação e envolvimento dos operadores que estão no terreno?*

Para consultar dados do 1º Semestre de 2014:  
[http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41 ANDC primeiroSemestre st dptgbcqg.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41_ANDC_primeiroSemestre_st_dptgbcqg.pdf)

## **2ª - CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL**

**Doutor António Curto –**

**1. Como se envolveu no projeto? O que o aliciou? Há quanto tempo esta envolvido?**

*Inicialmente estive envolvido através do Millennium com o projeto ANDC e o próprio Millennium desafiou-me a criar uma rede de microcrédito e, portanto a rede Millennium BCP de microcrédito foi uma rede que criei na base do princípio e esse foi o princípio base para o processo ser autossustentável e a conceção que eu tive apesar de, não haver propriamente exemplos na Europa de que é possível um projeto autossustentável, a minha tese é que nas condições, e portanto o livro ao fim ao cabo é isso, e foi o trabalho que realizei aqui e que eu disse que avançar com um projeto deve ser um projeto autossustentável e um projeto de grande dimensão porque instituições como a ANDC que já existem e que já apoiam o microcrédito portanto não vale a pena repetir experiências dessas. E depois há uma questão, eu em 2003/2004 foi a primeira vez que (02:06) eu de facto fiquei e depois li (02:12) dele, ouvi-o diversas vezes e na altura, antes de 2005 eu gravei a intervenção dele e depois tive oportunidade de a traduzir para ser vista por todos os colaboradores do Millennium e de facto é uma intervenção muito pausada, muito clara e achei que havia ali um grande espaço e a admiração com que fiquei foi a mesma dos fundadores da ANDC no fim do século XX também encontraram quando o ouviram, em Londres, falar. Portanto era uma pessoa convincente.*

**2. Na sua opinião, o projeto tem mais impacto a que nível? Social/Economico.**

*Acho que o projeto do microcrédito é um projeto que tem que estar ligado a um projeto de criação do próprio autoemprego. Portanto, eu não vejo alternativas no quadro nacional, e se calhar no quadro europeu, para uma saída favorável dos níveis de desemprego existentes e nomeadamente do nível de desemprego em Portugal de carácter estrutural sem um política de autoemprego e essa política de autoemprego tem de passar por diversas componentes nos sentidos económicos, fiscais, menos carga administrativa, menos burocracia (03:57) mas de facto é algo que tem de ser assumido pela classe política, portanto o impacto objetivamente é social, mas sendo social automaticamente é económico. Quando se retira pessoas de um processo de exclusão social por estarem desempregados e se integram no mercado de trabalho e na economia formal é óbvio que estamos a criar condições económicas para um maior crescimento económico.*

5:00

*Eu gostaria que houvesse mais jovens a procurar o seu autoemprego. Neste momento, os jovens têm duas alternativas: uma é emigrar, a outra é estarem desempregados. Os níveis de desemprego são elevadíssimos e o nível de emigração também é elevadíssimo. Portanto, infelizmente a alternativa de criar o seu próprio trabalho é algo que nós aqui recebemos de braços abertos e com o maior carinho e maior atenção, mas mesmo assim, infelizmente, são escassos. Por acaso ainda hoje estava a ver um projeto de um senhor que este ano vendeu o WhatsApp, o senhor é o JamKoum, por cerca de 19 mil milhões de dólares e simplesmente eu estava a ver um projeto e que disse que podia ser uma ideia que valia tanto como a do JamKoum. E não é a primeira operação que me aparece aqui em que depois até conseguem 6:30 e não sei qual será o futuro mas se calhar nós demos o apoio necessário para que eventualmente em dois, três anos tenham uma grande empresa na área das tecnologias.*

7:00

*O insucesso é ... (7.30) não só das micros, basta ver o sucesso do Espírito Santo atualmente. O que nós sabemos é que no primeiro ano as sociedades constituídas (8:00) 30% desaparecem e no segundo ano outros 30%. Nos primeiros 2 anos quase 60% desaparecem. Quando são sociedades por quotas desaparecem à média 10% ao ano. Aquilo que queremos com o microcrédito é que e para isso consideramos vital o apoio e acompanhamento do microempresário. Porque muitas vezes as suas carências passam pela sua capacidade de organização. Pode ser muito bom a vender, por exemplo, ou muito sociável ou muito conhecedor de questões técnicas de uma profissão*

*como carpinteiro. Mas, por vezes, em termos de organização financeira deixa, se calhar, algo muito a desejar aquilo que defendemos é que todo o projeto microcrédito deve ser acompanhado e deve ser acompanhado até à pessoa não precisar. Para isso, e é o que proponho no livro, é que as pessoas paguem e paguem voluntariamente. Porque voluntariamente? Por que têm de reconhecer o valor do apoio que estão a receber. A partir do momento que não reconheçam esse valor não pagam e não deixam de ser acompanhadas.*

### **3. Qual a classe que procura mais o Microcrédito, atualmente? Baixa, média ou alta?**

*De todas as classes. Posso dizer que no primeiro semestre deste ano temos 100 processos realizados e que em termos de sexo eram do mesmo sexo, em termos de habilitações 71,5% tinham habilitações superiores ao 12º ano, destes 71,5%, 30% tinham habilitações superiores, portanto estamos a falar de pessoas com bastante educação. Se estamos a falar em desemprego cerca de 49% estavam desempregados há mais de um ano e 36% há menos de um ano. Quanto à faixa de idade posso lhe dizer que entre os 26-35 anos foram 41% dos projetos e 36-45 foram 33,3%. Portanto, inferior a 25 só 9,5%, mas de facto entre os 26 e 45 estão 75%. É a faixa etária que mais procura. Entre os 46-55 temos 9,5% e mais de 56 anos temos 6%. Para mim há uma questão clara, e é clara para toda a gente. É que nós em qualquer momento sejamos de classe média ou baixa podemos estar na situação de exclusão social e a situação de exclusão social começa exatamente quando não temos trabalho. E depois a pessoa em exclusão social ou tem alguns bens acumulados que lhe permite sustentar ou não tem, mas depois a situação de precaridade é a mesma.*

### **4. Qual a evolução, na sua opinião, do Microcrédito em Portugal?**

*Não tem tido uma evolução significativa. O microcrédito agora tem tido valores residuais. A própria Europa reconhece que há muito a fazer na área do microcrédito. E como digo, fazer alguma coisa na área do microcrédito passa, primeiro, por fazer uma coisa muito simples, que as estruturas existentes, que a política (14:27) é incapaz de criar empregos para salvaguardar os interesses da população que está desempregada. Portanto, se a partir do momento politicamente se começa a pensar nessa perspetiva, isto não é pelo mercado de livre concorrência, de livre iniciativa que nós conseguimos. É óbvio que devemos, claramente, apoiar as microempresas e isso passa por outro problema, é que não existe no nosso país uma voz credível e não existe gente a pensar*

*nos problemas e na resolução de problemas das microempresas, apesar da estrutura produtiva nacional ser claramente uma microempresa em termos (15;22) mas de facto as microempresas precisam de ter atenção, precisam de ter engenheiros, advogados, economistas a pensar no interesse deles, a pensar na dimensão deles e a tentar criar condições para que eles possam prosperar e ser uma fonte importante no crescimento económico. As microempresas empregam 40% da população.*

*16:27*

*A educação das pessoas não foi no sentido de serem empreendedores. Toda a educação foi no sentido de, eventualmente serem funcionários públicos, eventualmente economistas a serviço de uma instituição. O meu exemplo, fui economista, entrei 16:51, tirei o curso e depois fui economista numa instituição e estive 43 anos na mesma instituição. E com este tipo de exemplos as grandes empresas já não crescem, tendem é a diminuir pessoal. As pequenas e médias, aquelas que estão viradas para exportação poderão crescer, mas são muito poucas, são duas mil empresas. E estamos a falar de um nível de desemprego que se não for através de uma política económica que dinamize as microentidades, microempresas e dinamize todas as pessoas, que deixe de criar dificuldades às pessoas que querem criar uma iniciativa empresarial e depois este quadro recessivo de queda permanente de procura interna tem de terminar. As pessoas têm de perceber que os dias próximos são positivos.*

*18:15*

*São todos os bancos na área do microcrédito por que há outras operações como o (18:19) que já não passam pelos bancos*

##### **5. Divulgação do programa? Os métodos utilizados? São eficazes?**

*Acho que aquilo que ajuda as pessoas a mobilizarem-se é, de facto, você ouvi-la, isto é, as pessoas terem a ideia, terem a capacidade de contar essa ideia e falar com alguém. Quando criei a rede microcrédito, lembro-me que havia muitos casos, em cerca de 100 entrevistas que eram feitas só 6 é que avançavam. Está a ver-se o trabalho que era, cada entrevista era cerca de 1h, mas as pessoas saíam satisfeitíssimas por que mesmo que a resposta fosse um não as pessoas achavam que alguém as tinha ouvido e mesmo que disséssemos que o projeto tinha de ser melhorado em vários aspetos, as pessoas saíam muito gratas pelo tempo que tínhamos investido. É disto que precisam, previsão de núcleos onde as pessoas vão, onde existe alguém com alguma experiência e pedir a*

*sua opinião. Alguém que não se queira aproveitar do projeto, alguém que seja idóneo e que os ajude.*

**6. O acompanhamento do programa, as fases de análises, na sua opinião, está a ser bem-sucedido? (18:40)**

*É óbvio que se pode melhorar. Criar uma rede de técnicos (18:55) que é o que temos estado os últimos dois anos a fazer é uma rede difícil de fazer. Por exemplo, assinamos esta semana o protocolo de colaboração com a Cáritas. A Cáritas tem uma rede e tem gente que pertence à parte social da igreja católica, tem gestores reformados, tem quadros da banca reformados, são técnicos de apoio local e que podem ter um papel extremamente importante e esta é uma preocupação da própria Cáritas no sentido de dinamizar projetos e encontrar soluções para o desemprego, criar um site para desempregados com mais de 45 anos, etc. Este é mais um passo que temos de dar. Mas fazer uma rede não é fácil e mudar mentalidades não é estalar o dedo. As coisas têm que ir evoluindo, as pessoas têm que ir percebendo e que, nomeadamente, os erros que se fazem ajudam muito a perceber e a fazer melhor, mas as coisas têm de ter um ritmo próprio. Agora, uma coisa é ter um ritmo próprio, outra é ter uma política acertada para isto. Eu creio que na área do microcrédito e na área do programa nacional do microcrédito a política é acertada só que faltam os meios e as condições globais, faltam as condições, diria, que circundam para permitir esse apoio. É óbvio que o livro explica um pouco o nosso projeto e, portanto, também explica o porquê do nosso projeto não ter ido avante. Eu acredito que politicamente possa haver um momento em que politicamente o projeto possa avançar*

22:30

Isso é vital. O que não se pode é deixar avançar um projeto que à partida se conhece que é um erro.

**7. Na sua opinião, quais os fatores de sucesso/insucesso nas iniciativas empresariais? (23:44)**

*Acompanhamento correto, infelizmente, não temos ainda, não temos condições para o fazer. Pode ser que haja noutras áreas. Eu tinha, na rede microcrédito, alguns colaboradores formados nessa (23:58) e trabalhavam o dia inteiro. Neste momento não sei como a situação está. Aqui neste trabalho de acompanhamento posterior não está a ser feito por que não há condições ainda, portanto, naquilo que se chama esse acompanhamento não posso dizer que esteja a correr.*

24:30

*Há uma questão para mim que é muito importante, é que avançar com um projeto cria imenso stress e cria uma grande tensão. Eu tive casos, lembro-me perfeitamente em 2005/2006 tinha a minha que equipa e eles estavam já traumatizados por apoiar projetos de amigos. Porque os tipos ao fim de seis meses desentendiam-se e como eram grandes amigos antes não facilitavam a vida um ao outro. Tivemos esse problema e quando se cria uma empresa destas temos de garantir que pelo menos uma pessoa fique com plenos poderes para gerir, senão em caso de desentendimento muita coisa podia correr mal. Porque como eram amigos ficava 50% para cada um e de facto aprendemos aí muita coisa. Mas fundamentalmente aquilo que eu sinto é que as coisas nunca são tão fáceis como à partida as pessoas preveem. Mesmo que admitam que são difíceis muitas vezes o nível de stress, o nível de angústia que a situação empresarial gera obriga que as pessoas tentem algum apoio e de facto esse apoio não têm. As pessoas não têm instituições que tratem os problemas deles, não têm um serviço fiscal que os apoie, pelo contrário têm os fatores 26:10 parece que querem que eles desapareçam. Ninguém os incentiva a continuar, a encontrar soluções, etc. portanto, criar uma empresa e fazê-la prosperar é mais difícil do que parece.*

27:00

*O mercado é uma explicação e, de facto, é a explicação para a maior parte dos casos. O mercado tem estado manifestamente recessivo e é difícil e é preciso estar numa luta permanente para ganhar quota e ganhar espaço para a empresa prosperar e, mesmo assim, estando nessa posição, diria até muita agressiva no mercado, muitas vezes não se consegue. Eu diria que, aquilo que passa frequentemente, é que quando eu digo às pessoas que vão criar um negócio que eles no seu dia-a-dia não basta que o cliente fique satisfeito, eles têm de encontrar forma de cativar o cliente, as pessoas aceitam mas depois esquecem-se, no dia-a-dia, ao fim de dois meses de estarem abertos, eventualmente porque o dia anterior correu mal ou outra razão qualquer, se calhar o processo de cativar o cliente é esquecido, as dificuldades agravam-se. Portanto, eu acho que é difícil ter uma relação causa-efeito direta, o que acontece é que as pessoas às tantas desmobilizam o projeto e tentam sair o melhor possível, umas vezes (28:30), outras vezes ficando em incumprimento, outras vezes criando compromissos graves para eles porque ficam em situação irregular perante a segurança social, o fisco, etc. (28:50)*

## **8. Qual o tipo de negócio mais rentável ou mais procurado para as iniciativas do microcrédito?**

12:51

*Vários tipos de projeto. Destes 100, 3% são do ramo da agricultura, transportes e construção 15%, comércio e retalho 31%, alojamento e restauração 11%, educação, informação e atividades desportivas 19%... (13:17) ... 6%, saúde, apoio social 17%. há uma grande variedade de projetos e as pessoas são avisadas que de facto a tese de que o café é a atividade tradicional, mas não são propriamente incentivadas a criar cafés, até já é capaz de haver cafés a mais.*

29:15

*Para um projeto, você nunca pode dizer que pela atividade em si ele não é viável porque depende da própria capacidade do empreendedor. Por exemplo, se eu quiser ser cabeleireiro e montar aqui o meu estabelecimento, mas de facto o que é que vejo? Vejo que há cada vez mais pessoas idosas ou pessoas que estão em casa que não podem ir ao cabeleireiro. Porquê que eu não arranjo um equipamento portátil e desloco-me até eles e depois começo a ganhar esse tipo de clientela e se calhar ao fim de 4/5 anos ou 2/3 anos eu tenho um segmento de clientela que é difícil de conquistar, eu já a tenho, por que a fidelização de uma pessoa idosa é muito grande por causa do tratamento personalizado que é feito.*

*E quando se pensa num café há diversas maneiras formas de vender café, há diversas formas de criar um espaço agradável, há diversas formas, por exemplo, de incentivar as pessoas a fazer um chá, produzir scones. Há que ter imaginação. Há que conhecer as pessoas. Há que estar atento às pessoas, ao que elas precisam e óbvio que quando eu tomo uma decisão de sair daqui e ir aqui em frente é porque quando vou lá sinto que quem gere o café é empreendedor, está tudo impecável, eu vejo que há uma grande preocupação de higiene e vejo que os preços são extremamente competitivos porque é o único sítio onde bebo café aqui com 55 cêntimos*

## **9. Acha que deve haver melhorias no Programa?**

32:25

*Eu se estivesse no Minho, eu pensaria em termos das condições de um projeto viável para o Minho e se estiver no Alentejo penso num projeto para esse local. Eu não pensaria numa estrada ampla fazer um McDonald's. Não faz sentido nenhum. Agora posso ter um outro negócio, posso de facto até abrir como eu conhecia, por exemplo um*

*pequeno restaurante que tinha umas casitas onde as pessoas podiam lá ficar e aquilo funcionava regularmente, pelo menos dava para a pessoa subsistir. Eu não avalio nesta fase e aqui no microcrédito, o que nós queremos é incentivar as pessoas, mas nós não avaliamos os projetos, nós de facto validamos a qualidade de beneficiário dentro da linha de crédito e depois caberá à banca porque senão estávamos a submeter as pessoas a dois processos, não tinha nenhum sentido. Nós evitamos que haja erros formais no processo de negócio, vemos o dossiê, aconselhamos tal pessoa que aquele se calhar vai ser uma grande empresa dentro de 2/3 anos, a rever os dados do primeiro ano, tanto que não fazia muito sentido e a pôr as expetativas mais para a frente, até argumentando que depois terá alguma dificuldade perante a banca de explicar esses números mas enfim ele percebeu, alterou. Ajudamos nessa componente mas depois em termos de negociação é diretamente com a banca.*

35:45

*Não. Com o microcrédito é uma linha adequada. Em termos (36:30) o montante do microcrédito pode ir até 25 mil euros. A linha do programa nacional do microcrédito vai até 20 mil euros, mas é uma dimensão perfeitamente adequada para um microprojeto. Agora, de facto, se as próprias pequenas e médias empresas se queixam da falta de apoio financeiro, o que será das micro? O problema é criar as condições que permitam, e isso de facto tem de ser feito de uma forma diferente, eu sempre apoiei, já estive no Ribatejo e lá apoiávamos as empresas a criar as suas atividades e a expandirem-se e era essa a nossa atividade permanente e firme e tínhamos um conhecimento de todo o setor empresarial e tínhamos uma grande confiança nos empresários e era algo que fazíamos todos os dias e isso neste momento, infelizmente, parece que desapareceu. As pessoas estão mais preocupadas em fazer futuros, (37:47), até aí fazem estas asneiras que até são conhecidas como a PT e companhia. Mas aquela operação de que é emprestar 100 mil euros ou 50 mil para expandir e comprar uma máquina para alterar o processo de fabrico, para ampliar as exportações, hoje isso demora, é lento. (38:25)*

# Entrevistas aos Microempresários:

## ENTREVISTA 1:

**Empresa: MÃOS À DOBRA**

**Microempresário: Sr.<sup>a</sup> Fátima Garcia**

1. Área que se enquadra o entrevistado – habilitações?

Ensino Básico \_\_\_\_\_

Ensino Secundário \_\_\_\_\_

Licenciatura  \_\_\_\_\_

2. Com que idade iniciou o projeto?

28

3. Qual a situação profissional em que se encontrava quando pediu o Apoio?

Desempregado sem Subsidio de Desemprego \_\_\_\_\_

Desempregado com Subsidio de Desemprego  \_\_\_\_\_

Empregado \_\_\_\_\_

4. Em que ano foi criada a empresa?

2011 \_\_\_\_\_

5. Quantos funcionários iniciou o projetos e quanto tem atualmente?

Funcionários iniciais apenas eu \_\_\_\_\_

Funcionários atuais eu \_\_\_\_\_

6. Como teve conhecimento do apoio? Radio, televisão, associações empresariais?

Já há vários anos que tenho conhecimento do microcrédito. Provavelmente terei ouvido na televisão ou mesmo pela internet.

7. Qual o público-alvo do seu negócio?

Todas as pessoas, de todas as idades que gostem de origami.

8. Atualmente faz exportações?

Não. Tenho uma loja física e outra online de venda de papel de origami só para Portugal

9. O valor do apoio serviu para que sentido? Instalações? Maquinas? Etc.

Como todos os negócios são incertos no começo serviu para manter-me nos primeiros meses a ver o que dava e também para comprar equipamentos e material para a loja

10. Porque decidiu recorrer ao Microcrédito?

11. Porque sempre ouvi falar bem e porque o valor de juros do empréstimo que iria pagar era muito menor do que a oferta de qualquer banco. Além disso temos acompanhamento ao início.

12. Na sua opinião, quais os fatores que levaram a sua empresa a crescer?

- Pouca concorrência? Sim
- Qualidade e inovação no produto final? Sim
- Um bom planeamento do Plano de Negocio? Talvez

De facto a Mãos à Dobra é a única empresa de origami em Portugal e a sua exclusividade traz clientes fieis. Além disso, as peças fascinam as pessoas pela beleza e complexidade. A possibilidade do origami é imensa.

13. Este novo projeto melhorou a sua qualidade de vida em termos económicos, se sim, em que sentido?

---

A empresa tem de facto evoluído de forma positiva mas como todos os negócios há meses melhores e meses piores. No entanto, sendo a evolução positiva aguardo que a tendência continue em alta. Para já estou satisfeita para além de fazer o que realmente gosto!

---

## ENTREVISTA 2:

---

**Empresa: CORDELIMA**

**Microempresário: Sr.ª Bruno Santos**

---

1. Área que se enquadra o entrevistado – habilitações?  
Ensino Básico \_\_\_\_\_  
Ensino Secundário  X  
Licenciatura \_\_\_\_\_
  2. Com que idade iniciou o projeto?  
28 anos
  3. Qual a situação profissional em que se encontrava quando pediu o Apoio?  
Desempregado sem Subsidio de Desemprego  X  
Desempregado com Subsidio de Desemprego \_\_\_\_\_  
Empregado \_\_\_\_\_
  4. Em que ano foi criada a empresa?  
2012
  5. Quantos funcionários iniciou o projetos e quanto tem atualmente?  
Funcionários iniciais 1 \_\_\_\_\_  
Funcionários atuais 2 \_\_\_\_\_
  6. Como teve conhecimento do apoio? Radio, televisão, associações empresariais?  
Amiga
  7. Qual o público-alvo do seu negócio?  
Empresarial
  8. Atualmente faz exportações?  
Sim
  9. O valor do apoio serviu para que sentido? Instalações? Maquinas? Etc.  
Máquinas e software
  10. Porque decidiu recorrer ao Microcrédito?  
Porque não precisava de ter uma empresa criada, o processo foi mais ou menos rápido e o valor não era muito alto. O juros também foi um ponto forte para o pedido ao microcrédito.
  11. Na sua opinião, quais os fatores que levaram a sua empresa a crescer?  
    - Rapidez e qualidade nos serviços e produtos.
    - Custo benefício dos serviços e produtos competitivos
  12. Este novo projeto melhorou a sua qualidade de vida em termos económicos, se sim, em que sentido?
-

Sim, melhorou o relacionamento também com os clientes, o tempo de resposta, e pessoalmente e financeiramente está a ser mais gratificante.

---

### ENTREVISTA 3:

---

Empresa: FAL - formação, avaliação & liderança

**Serviços de Formação Profissional**

**Microempresário: Sr<sup>a</sup> Rita Leal**

1. Área que se enquadra o entrevistado – habilitações?

Ensino Básico \_\_\_\_\_

Ensino Secundário \_\_\_\_\_

Licenciatura \_\_\_\_\_

Doutoramento x - Didática e Formação com especialização em Avaliação pela Universidade de Aveiro

2. Com que idade iniciou o projeto?

\_29

3. Qual a situação profissional em que se encontrava quando pediu o Apoio?

Desempregado sem Subsídio de Desemprego x

Desempregado com Subsídio de Desemprego \_\_\_\_\_

Empregado \_\_\_\_\_

4. Em que ano foi criada a empresa?

\_2012

5. Quantos funcionários iniciou o projetos e quanto tem atualmente?

Funcionários iniciais 1

Funcionários atuais 2

6. Como teve conhecimento do apoio? Radio, televisão, associações empresariais?

Televisão

7. Qual o público-alvo do seu negócio?

Público geral

8. Atualmente faz exportações?

Formação em Angola

9. O valor do apoio serviu para que sentido? Instalações? Maquinas? Etc.

sim

10. Porque decidiu recorrer ao Microcrédito?

Criar o próprio emprego

11. Na sua opinião, quais os fatores que levaram a sua empresa a crescer?

- Pouca concorrência?
- Qualidade e inovação no produto final?  formação de qualidade com grupos restritos de pessoas (respondendo às reais necessidades)
- Um bom planeamento do Plano de Negocio?

12. Este novo projeto melhorou a sua qualidade de vida em termos económicos, se sim, em que sentido?

---

Não tanto em termos económicos (por enquanto) mas mais em termos pessoais.

## **Emails recebidos do Doutor José Centeio**

De: **Microcrédito ANDC-José Centeio** (j.centeio@microcredito.com.pt)

Enviada: Segunda-feira, 1 de Setembro de 2014 15:11:20

Para: (martinhaferreira\_17@hotmail.com)

*“Em anexo segue texto de respostas. Com os melhores cumprimentos”*

De: **Microcrédito ANDC-José Centeio** (j.centeio@microcredito.com.pt)

Enviada: Sexta-feira, 11 de Julho de 2014 15:19:31

Para: (martinhaferreira\_17@hotmail.com)

*“Cara Marta Ferreira, No dia 16 não me é mesmo possível. Assim, pedia-te que me enviasses as perguntas por mail. Ficará para uma próxima oportunidade o conhecimento presencial. Com os melhores cumprimentos.”*

De: **Microcrédito ANDC-José Centeio** (j.centeio@microcredito.com.pt)

Enviada: Quinta-feira, 10 de Julho de 2014 16:42:25

Para: (martinhaferreira\_17@hotmail.com)

*“Cara Marta Ferreira, Terei muito gosto em te receber no próximo dia 17 de julho, se possível, durante a tarde. Embora não seja meu hábito, sem conhecer as pessoas, mas a título excepcional uma vez que isso implica uma deslocação tua a Lisboa, poderás enviar-me as questões e eu tentarei responder-te por escrito. Seria uma forma de te facilitar um pouco o trabalho. Depois, se houvesse dúvidas, poderias marcar uma altura para que pudesses tirar essas dúvidas via telefone ou Skype. Diz-me o que pretendes fazer. Muito obrigado. Com os melhores cumprimentos.”*

De: **Microcrédito ANDC-José Centeio** (j.centeio@microcredito.com.pt)

Enviada: Terça-feira, 17 de Junho de 2014 11:26:20

Para: (martinhaferreira\_17@hotmail.com)

*“Cara Marta Ferreira, As minhas desculpas de só hoje responder, mas estive ausente. Dos mails que entretanto trocámos deve ter havido da minha parte algo que não ficou claro: O estudo que atualmente estamos a fazer e que neste momento se encontra na*

*fase de inquéritos no terreno, tem como objetivo precisamente avaliar o sucesso ou insucesso do microcrédito. Uma vez que se trata de microempresários que deixaram de ser acompanhados e com quem a ANDC perdeu o contacto, é para nós difícil saber quais os que tiveram sucesso ou não sem que estejam apurados os resultados do inquérito. Uma vez que está a decorrer o inquérito da ANDC, não me parece ser oportuno que, quase simultaneamente, algumas dessas pessoas sejam sujeitas a um outro inquérito. Existe muita informação que apenas se pode ver nos dossiers em papel, por diversas razões: 1. nem sempre tivemos uma base de dados onde fosse registada a informação; 2. numa outra fase, embora existisse uma base de dados, alguma da informação não era centralizada e muito do controlo era feito através do Excel; 3. Só a partir do final de 2013 é que construímos uma base em que toda a informação é centralizada, mas em relação aos dados anteriores migrados, o trabalho de consolidação continua a ser feito. Por outro lado, nem todos os dados foram migrados, já que isso teria custos inportáveis para a ANDC. Apesar de tudo envio-lhe uma tabela onde tem vários dados, alguns deles recolhidos nos dossiers, trabalho que foi feito em 2010 por alunos do ISEG (Lisboa). Penso que têm aí uma base importante para trabalhar. Contudo, e tal como já lhe disse, a indicação aberto/fechado não é fiável, uma vez que se reporta a uma informação enquanto a pessoa ainda era acompanhada. Só o inquérito e o estudo que estamos a fazer nos permitirá ter esses dados atualizados. E, pelo inquérito, começamos a perceber que houve muitas situações que se alteraram e que alguns também tiveram que emigrar. Por outro lado, teses sobre o microcrédito, nomeadamente de mestrado, começa a ser um assunto delicado sobretudo quando envolvem dados, pois existem várias instituições (nomeadamente bancos) que fazem microcrédito e não existe a centralização e divulgação de dados. Isto torna qualquer trabalho muito parcelar e incompleto. Espero ter ajudado. Com os melhores cumprimentos.”*

De: **Microcrédito ANDC-José Centeio** (j.centeio@microcredito.com.pt)

Enviada: Segunda-feira, 3 de Fevereiro de 2014 16:54:04

Para: (martinhaferreira\_17@hotmail.com)

*“Cara Marta Ferreira, Em primeiro lugar, agradecemos o seu contacto e o interesse pelo microcrédito e a atividade da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). Em segundo lugar, as minhas desculpas por só agora lhe responder, mas esta é uma*

altura em que nos temos que concentrar em outras prioridades, já que é o momento de balanços e relatórios. Em relação ao pedido que nos faz, Solicitar à ANDC a disponibilidade para fornecer informação sobre os processos que geriu até à data; Entrevista com o Secretário-geral da ANDC para melhor compreensão do funcionamento do programa, os seus objetivos e estratégias. Importa clarificar o seguinte: Importa perceber exatamente que informação pretende e que tipo de dados. Podemos eventualmente disponibilizar esses dados se estiverem disponíveis. Como no final do ano mudámos o sistema de informação e de gestão de processos e que neste momento ainda estamos a afinar torna-se ainda mais complicado. A entrevista é feita de que forma (escrita, presencial...). Como as solicitações nesta área são diversas, para que possamos aprovar necessitamos de saber mais informação e perceber se o interesse do próprio é ou não fundamentado. Mais informamos que a nossa disponibilidade de tempo nestas situações é muito restrita, o que significa que a informação que nos solicitam terá que estar disponível e não requerer o envolvimento dos nossos recursos. Envio-lhe alguns links e documentos, nomeadamente referências a algumas teses das quais temos conhecimento, para que possa aprofundar os seus conhecimentos nesta área e perceber o que já foi feito. Estudo/Inquérito ANDC: [http://microcredito.com.pt/folder/noticia/ficheiro/8\\_Microcredito\\_relatorioEstudo.do.pdf](http://microcredito.com.pt/folder/noticia/ficheiro/8_Microcredito_relatorioEstudo.do.pdf)

DISSERTAÇÃO MESTRADO: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10206/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%202012%20-%20O%20porqu%C3%AA%20e%20o%20para%20qu%C3%AA%20do%20microcr%C3%A9dito%20-%20Ana%20Raquel%20Veiga.pdf>

<http://www.nantiklum.org/index.php?sec=3&ssec=12&bloque=154> (aqui pode encontrar alguns cadernos muito interessantes e que estão disponíveis).

<http://www.europeanmicrofinance.org/index.php?rub=publications&pg=microfinance-overview-surveys&spg=overview-2010-2011> (No site da Rede Europeia também pode encontrar alguns documentos com interesse). Caso necessite de informação da parte da ANDC e outro tipo de apoio (entrevistas, inquéritos...) terá de preencher a Ficha e enviar a Declaração assinada com os respetivos documentos (pode enviar por mail os documentos digitalizados). A análise do pedido será feita após recebermos os documentos e sabermos exatamente o que pretende. Obrigado. Com os melhores cumprimentos.”

## **Emails recebidos do Doutor António Curto**

De: **António Curto** ([antoniocurto@cases.pt](mailto:antoniocurto@cases.pt))

Enviada: sexta-feira, 11 de Julho de 2014 09:21:08

Para: ([martinhaferreira\\_17@hotmail.com](mailto:martinhaferreira_17@hotmail.com))

“Bom dia cara Marta. Dia 16 , pode ser. Prefere de manhã ou de tarde? Cordiais saudações”

De: **António Curto** ([antoniocurto@cases.pt](mailto:antoniocurto@cases.pt))

Enviada: Sexta-feira, 9 de Maio de 2014 08:55:04

Para: ([martinhaferreira\\_17@hotmail.com](mailto:martinhaferreira_17@hotmail.com))

“Bom dia Dra. Marta Ferreira. A linha de crédito sobre a qual trabalhamos no Programa Nacional de Microcrédito, “Microinvest”, é gerida pelo IEFP e pelas Sociedades de Garantia Mútua, entidades que têm efetivo conhecimento dos empreendedores com projeto aprovado pela Banca. Para o fim que pretende, terá de contactar com o IEFP e aí averiguar a possibilidade de acesso à base de dados que possam disponibilizar. Quanto à entrevista, estou à sua inteira disposição. Cordiais saudações”